

INFORMS

INFORMATIVO
MERCO SHIPPING

RESUMO INFORMATIVO
COM AS PRINCIPAIS
NOTÍCIAS DOS SETORES
PORTUÁRIO E DE
NAVEGAÇÃO

Edição 079/2023
Data: 09/05/2023



ÍNDICE

PARA ACESSAR RAPIDAMENTE O ARTIGO, POSICIONE O CURSOR NA MANCHETE, E SIGA AS INSTRUÇÕES.

A TRIBUNA DIGITAL (SP).....	3
O FUTURO PROMISSOR DA INDÚSTRIA DE CRUZEIROS	3
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	4
INICIADA A CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA MAIOR USINA TERMELÉTRICA DO CEARÁ	4
MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA REVELOU NOVO PLANO DE INVESTIMENTOS EM.....	5
PETROBRAS CONSIDERA ALTERNATIVAS DEVIDO A ATRASOS NA LICENÇA AMBIENTAL PARA PERFURAÇÃO NA BACIA DO AMAZONAS	6
BE NEWS – BRASIL EXPORT	7
EDITORIAL – O SETOR PORTUÁRIO E AS AÇÕES SOCIAIS	7
NACIONAL - HUB – CURTAS.....	8
<i>Hidrogênio verde 1</i>	8
<i>Hidrogênio verde 2</i>	8
<i>Ferrovias 1</i>	8
<i>Ferrovias 2</i>	8
NACIONAL - ELETROBRAS DIZ QUE AÇÃO QUESTIONANDO PRIVATIZAÇÃO FERE CONDIÇÕES LEGAIS E ECONÔMICAS	8
REGIÃO SUL - PORTOS DO PARANÁ INICIA NOVA FASE DE DRAGAGEM EM CANAL DE ACESSO DE ANTONINA.....	10
NACIONAL – SANTOS EXPORT 15 E 16 DE MAIO – BLUS MED CONVENTION CENTER – SANTOS – SP	11
REGIÃO SUDESTE - EQUIPE DE MULHERES QUE VELEJA O MUNDO BUSCA PROJETOS PARA APOIAR EM SANTOS.....	12
REGIÃO SUDESTE - SP ENCERRA ABRIL COM 35 OBRAS DE RODOVIAS E MAIS DE R\$ 400 MI EM INVESTIMENTOS	13
TECNOLOGIA & INOVAÇÃO - WEB SUMMIT : UM TURBILHÃO DE EMOÇÕES E EXPERIÊNCIAS	14
OPINIÃO – ARTIGOS - A AMAZÔNIA É UM PROBLEMA DO MUNDO?.....	16
O SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP.....	17
EXPORTAÇÕES CRESCEM 24% NA PRIMEIRA SEMANA DE MAIO	17
SEMINÁRIO DE DIREITO PORTUÁRIO REÚNE MINISTROS DO TST EM IMBITUBA	18
BRASIL JÁ CONQUISTOU 18 MERCADOS NOS PRIMEIROS MESES DE 2023	18
MEIOS NAVAIS E AERONAVAIS REALIZAM EXERCÍCIOS DE CAPACIDADE OPERATIVA.....	19
ÁFRICA DO SUL ABRE MERCADO PARA SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DO BRASIL	20
MINISTRO MÁRCIO FRANÇA VISITA PORTO DO RIO DE JANEIRO E SE REÚNE COM NOVA DIRETORIA DA PORTOSRIO.....	20
AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS	21
ABERTURA DO MERCADO DE GÁS TROUXE CONFORTO PARA O PROJETO BM-C-33, DIZ DIRETOR DA EQUINOR.....	21
EÓLICAS OFFSHORE: SEM MARCO LEGAL, INVESTIMENTOS PODEM MIGRAR PARA OUTROS PAÍSES	23
JORNAL O GLOBO – RJ.....	25
ARCABOUÇO FISCAL NÃO DEVE PUNIR CRIMINALMENTE DESCUMPRIMENTO DE METAS, DIZ RELATOR; 'BONECA' DO TEXTO ESTÁ PRONTA	25
GALÍPOLO SOBRE O BANCO CENTRAL: 'SERIA ESTRANHA A INDICAÇÃO DE ALGUÉM SEM ALINHAMENTO AO GOVERNO'.....	27
'VAMOS FAZER A REFORMA TRIBUTÁRIA POSSÍVEL', DIZ LIRA	28
GOVERNO QUER REVER PONTOS POSITIVOS E IGNORA DEFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS.....	29
RIO VAI SEDIAR CÚPULA DO G-20 EM 2024	30
CRISE DO GALEÃO SE ARRASTA À ESPERA DE NOVA REUNIÃO E DECISÃO DA CHANGI	30
O ESTADO DE SÃO PAULO - SP.....	32
TEREMOS SURPRESA COM INFLAÇÃO, QUE VIRÁ UM POUCO MENOR, DIZ SIMONE TEBET.....	32
TARCÍSIO UNE BASE E OPOSIÇÃO CONTRA SEU PROJETO DE AUMENTAR CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE MILITARES	33
VALOR ECONÔMICO (SP).....	35
ASSOCIAÇÕES DE ENERGIA RENOVÁVEL SE UNEM PARA PROMOVER HIDROGÊNIO VERDE	35
CHINA AGORA TEM UM RIVAL NO SETOR INDUSTRIAL: A ÍNDIA	37
CHINA REGISTRA DESACELERAÇÃO NA ALTA DAS EXPORTAÇÕES EM ABRIL.....	39
PORTAL PORTOS E NAVIOS.....	40
DRONE AUTÔNOMO SUBMARINO FLATFISH GANHA PRÊMIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO	40
MERCOSHIPPING MARÍTIMA LTDA	41
ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM	41



A TRIBUNA DIGITAL (SP)

O FUTURO PROMISSOR DA INDÚSTRIA DE CRUZEIROS

É preciso saber como aproveitar essa onda

Por: *Marco Ferraz*



Projeções da Cruise Lines International Association (Clia Global) mostram que, neste ano, a indústria de cruzeiros irá ultrapassar o volume de passageiros embarcados em 2019 Foto: Flávio Hopp/Arquivo/AT

Projeções da Cruise Lines International Association (Clia Global) mostram que, neste ano, a indústria de cruzeiros irá ultrapassar o volume de passageiros embarcados em 2019. Estamos acima da previsão da Organização Mundial do Turismo (OMT), de que as chegadas de turistas internacionais em 2023 atingirão a marca de 80% a 95% dos níveis de 2019. Além disso, a

frota de navios de cruzeiro membros da Clia deve passar de 300 embarcações, já em 2024. São mais navios e pessoas navegando. Um grande leque de oportunidades para toda a comunidade envolvida na nossa atividade, para os destinos e para toda cadeia de turismo. Mais oportunidades para o Brasil.

Finalizamos a maior temporada da década e já abrimos as portas para 2023/2024, que será ainda maior, com a expectativa de ter entre 650 mil e 700 mil cruzeiristas embarcados. O mundo está em constante transformação e a forma de viajar, também. Antecipar oportunidades e municiar o mercado com informações úteis e relevantes para as melhores tomadas de decisão são algumas das missões da Clia. E é justamente uma dessas ferramentas que apresento nesse texto. Trago novidades importantes, com destaques do recém-lançado Clia State of the Cruise Industry 2023.

Vamos aos dados. As gerações mais jovens são o futuro dos cruzeiros: 88% dos millennials (nascidos entre 1981 a 1995) e 86% dos viajantes da geração X (nascidos entre 1965 e 1981) que já fizeram cruzeiros, afirmam que planejam embarcar novamente em viagens do tipo. Entre os que nunca frequentaram um cruzeiro, 73% indicam que pretendem experimentar uma viagem de navio nas férias.

Para atender quem quer estrear nos navios e para os já apaixonados por cruzeiros, as companhias estão oferecendo roteiros mais curtos e mais longos. A duração média de um cruzeiro continua em torno de sete dias, mas as opções de duração dos roteiros aumentaram, e as de volta ao mundo estão sendo vendidas em poucas semanas após seu lançamento. Hoje, 73% das pessoas gostam de navegar com familiares. Além disso, a família e os amigos têm mais influência nas decisões dos viajantes de reservar ou não um cruzeiro.

Mas também é preciso ressaltar que as viagens solos estão em alta e as companhias marítimas aumentaram o número de cabines individuais em novos navios - e adaptaram alguns já existentes para incluir cabines adicionais projetadas a quem viaja sozinho. A sustentabilidade segue em pauta nos investimentos e ações das companhias e, também, no interesse dos cruzeiristas.

Atualmente, 50% dos viajantes de cruzeiros dizem que estão mais comprometidos em escolher suas viagens com base nos impactos ambientais do que há três anos. Nesse sentido, há uma aceleração das tecnologias e práticas ambientais presentes nos navios de cruzeiro, à medida que a indústria trabalha para alcançar a meta de zerar as emissões de carbono até 2050.



Além disso, as companhias marítimas estão buscando inserir em seu portfólio experiências de turismo sustentáveis e, também, selecionando fornecedores e produtos que tenham as mesmas prioridades ligadas à sustentabilidade.

O número de cabines acessíveis em toda a frota de cruzeiros está aumentando. Essa evolução ajuda a atender às necessidades dos viajantes com mobilidade limitada. Nesse quesito, a grande maioria diz que vê um cruzeiro como a única opção de viagem que atende suas necessidades.

As viagens imersivas se tornam cada vez mais uma prioridade e as companhias trabalham para atender esta demanda, com a programação de estadias mais longas, incluindo pernoites, em determinados portos de escala. Aqui, os cruzeiros de expedição também aparecem como excelentes oportunidades e uma grande tendência da indústria. O futuro já está acontecendo e precisamos estar preparados para ele.

Fonte: *A Tribuna Digital - SP*

Data: 09/05/2023



MERCO SHIPPING MARÍTIMA LTDA

INICIADA A CONSTRUÇÃO DA SEGUNDA MAIOR USINA TERMELÉTRICA DO CEARÁ

Informações: *Click Petróleo e Gás*



Foto: Usina Termelétrica (UTE) da Portocem/Diálogo

Começaram as obras da Usina termelétrica da Portocem no Ceará, que terá capacidade para gerar 1,5 mil MW de energia. O empreendimento promete gerar milhares de empregos durante sua fase de construção.

Começaram as obras para a construção da Usina Termelétrica (UTE) da Portocem, considerada o segundo maior investimento da história do estado do Ceará. O empreendimento, que trará diversos empregos à região, será construído em São Gonçalo do Amarante, na Região Metropolitana de Fortaleza, e

já está em plena construção. A estimativa é que a usina comece suas atividades em 2026.

Usina Termelétrica no Ceará recebe R\$ 5 bilhões em investimentos

O evento de lançamento da pedra fundamental aconteceu nesta sexta-feira (5) e contou com a participação do ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, do governador do Ceará, Elmano de Freitas, além de outras autoridades e empresários.

A UTE Portocem é um investimento da Ceiba Energy, grupo norte-americano, no valor de cerca de R\$ 5 bilhões. O empreendimento, que criará diversos empregos, possui capacidade de 1.572 MW e será construído em uma área de 39,5 hectares no Setor 2 da Zona de Processamento de Exportação do Ceará (ZPE Ceará), que compõe o complexo do Pecém.

Com a construção da usina termelétrica do Ceará, a estimativa é que sejam gerados cerca de 1.700 empregos durante sua fase de construção, que terá duração de aproximados 39 meses. Estão previstas obras de implantação, que englobam o desenvolvimento de estruturas, além da montagem dos equipamentos mecânicos e elétricos.

Quando finalizada, a usina termelétrica da Portocem trará ainda mais segurança ao Sistema Interligado Nacional (SIN), desenvolvido para operar nos momentos de baixo nível d'água nos



reservatórios das hidrelétricas, baixa intensidade de sol (geração solar) e baixa velocidade dos ventos (que prejudica a geração eólica).

UTE Portocem é a maior vencedora do Leilão de Reserva de Capacidade de Potência

A Portocem foi a maior vencedora do 1º Leilão de Reserva de Capacidade de Potência realizado pela Agência Nacional de Energia Elétrica e Câmara de Comercialização de Energia Elétrica (CCEE) em 2021, para a contratação de reserva de potência para o Sistema Interligado Nacional (SIN).

A outorga pelo Ministério de Minas e Energia foi dada em agosto do último ano e o contrato com a CCEE em novembro do mesmo ano com duração de 15 anos. A usina termelétrica do Ceará, que trará milhares de empregos, será composta por 4 turbinas geradoras em ciclo simples, movidas a gás natural, a usina da Portocem terá uma linha de transmissão de 8 km que conectará a usina ao SIN através da Subestação do Pecém 2.

A UTE Portocem receberá gás natural de uma unidade flutuante de Armazenamento e Regaseificação (FSRU) que será afretada pela Portocem e ficará permanentemente atracada dentro da área abrigada do Porto de Pecém. Vale destacar que em março, executivos da empresa participaram de uma reunião com o governador do estado, Elmano de Freitas, para tratar de detalhes do empreendimento.

Nova usina termelétrica do Ceará trará 1,7 mil empregos

Segundo Roman Días, CEO da Portocem, a empresa está feliz com a parceria e selecionou equipamentos de classe mundial ao escolher a Mitsubishi Power e uma construtora de larga experiência no desenvolvimento deste tipo de empreendimento. A Consag contribuirá na transformação do Ceará em um hub de gás natural essencial na América Latina, atraindo vários outros investimentos no setor.

A construção da UTE Portocem deve gerar 1.700 empregos indiretos durante a construção e, quando entrar em operação, o empreendimento também abrirá novos empregos em cargos técnicos para profissionais especializados e operadores ou mantenedores.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda
Data: 09/05/2023

MINISTÉRIO DE MINAS E ENERGIA REVELOU NOVO PLANO DE INVESTIMENTOS EM

Informações: PetroNotícias

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, lançou, nesta semana o Plano de Outorgas de Transmissão de Energia Elétrica (POTEE), que vai determinar como serão investidos R\$ 56 bilhões em linhas de transmissão para escoamento de renováveis na região Nordeste. O anúncio feito durante encontro com os governadores do Consórcio Nordeste, em Fortaleza (CE). Ao todo, serão três grandes leilões com 24 lotes que devem ser realizados até 2024 para ingresso de renováveis no Sistema Elétrico Brasileiro.

“Somente no primeiro semestre deste ano, serão R\$ 16 bilhões a serem leiloados, depois mais R\$ 20 bilhões até o final do ano, e outros R\$ 20 bilhões em 2024. Um investimento que vai permitir o ingresso de energia renovável no sistema nacional, viabilizando novas usinas renováveis, com tarifa justa, segurança energética e responsabilidade ambiental. Mais um passo que demos, cumprindo a diretriz clara que recebemos do presidente Lula: transformar o Nordeste no maior celeiro de energia limpa e renovável do mundo”, explicou Alexandre Silveira.

O plano de investimento vai viabilizar a instalação de 30 gigawatts de potencial de geração renovável e destravar mais de R\$ 120 bilhões em investimentos privados na área de geração de energia renovável. “Estamos falando de um potencial de industrialização da região com energia limpa e barata, que possa também ser consumida aqui mesmo, na região Nordeste, trazendo industrialização, produzindo hidrogênio verde. Tudo isso, com foco no desenvolvimento social,



econômico e ambiental, gerando mais emprego e renda para o povo nordestino,” ressaltou o ministro de Minas e Energia.

Os novos sistemas de transmissão a serem leiloados serão capazes de aumentar a confiabilidade do atendimento à demanda local e de atender à forte expansão de oferta de geração renovável, em especial das fontes solar e eólica, prevista para ocorrer nos próximos anos. O plano também permitirá ampliar a capacidade de intercâmbio entre as regiões Norte/Nordeste e Sudeste/Centro-Oeste.

Durante o encontro, o secretário de Transição Energética e Planejamento do MME, Thiago Barral, apresentou o detalhamento do plano aos governadores do estado do Nordeste. Segundo ele, o primeiro leilão, que ocorrerá no primeiro semestre de 2023, viabilizará linhas de transmissão e subestações ao longo de toda a região. Um outro leilão, previsto para o segundo semestre, vai contratar uma grande linha de transmissão do Maranhão até Goiás.

“Vai ser a execução do primeiro bipolo em corrente contínua da região Nordeste, que ligará a Subestação de Graça Aranha, no Maranhão, a de Silvânia, em Goiás, escoando até 5 GW de energia por meio de uma linha de transmissão de 800 quilovolts. Uma grande capacidade de transportar energia, com uma tecnologia diferente, que vai conseguir dar vazão a esse grande volume de projetos de energia renovável que temos no País”, destacou Barral.

O governador do Ceará, Elmano de Freitas, anfitrião da reunião do Consórcio Nordeste No Brasil, destacou que o plano responde a um grande processo de mudança mundial, reafirmando a posição do Brasil como um grande protagonista em energias renováveis. “Evidentemente, no Nordeste, com a nossa energia solar e eólica, esta iniciativa do Governo Federal trará tecnologias importantes, atrairá empresas, investimentos e desenvolvimento para nossa região”, destacou o governador.

Para o presidente do Consórcio Nordeste e governador da Paraíba, João Azevedo, iniciativas como estas mostram a força da região para o País. “O Nordeste, antes visto como região problema de seca e atraso econômico, mostra ao Brasil que, na verdade, somos parte da solução. Estamos em franco crescimento econômico e contamos com o apoio do presidente Lula, nordestino como nós, para criarmos as condições estruturais e necessárias que resultem na ampliação de investimentos”, destacou.

Além da região Nordeste, as obras indicadas neste plano de outorgas serão executadas no Espírito Santo, Goiás, Minas Gerais, Mato Grosso, Pará, Paraná, Rio de Janeiro, Rondônia, Rio Grande Do Sul, São Paulo e Tocantins. A maior parte, indicada pelos estudos de reforços estruturais apresentados pela Empresa de Pesquisa Energética (EPE) ao MME, em referência a Região Nordeste do Brasil.

Participaram do evento os governadores do Maranhão, Carlos Brandão, do Piauí, Rafael Fonteles, as governadoras do Rio Grande do Norte, Fátima Bezerra, e de Pernambuco, Raquel Lyra, além do vice-governador da Bahia, Geraldo Junior. O Secretário-Executivo do MME, Efrain Cruz, o diretor-geral da Agência Nacional de Energia Elétrica (ANEEL), Sandoval Feitosa e o Gerente do Centro de Operação do Sistema Nordeste do Operador Nacional do Sistema Elétrico (ONS), Flávio Guimarães.

Fonte: Merco Shipping Marítima Ltda

Data: 09/05/2023

PETROBRAS CONSIDERA ALTERNATIVAS DEVIDO A ATRASOS NA LICENÇA AMBIENTAL PARA PERFURAÇÃO NA BACIA DO AMAZONAS

Petrobras pode deslocar a plataforma de perfuração da Bacia do Amazonas para a Bacia Potiguar, no Nordeste do Brasil, devido a atrasos na obtenção de licença ambiental.

Informações: O Petróleo



Em meio a atrasos na concessão de uma licença ambiental necessária para iniciar as operações na foz da bacia do rio Amazonas, a Petrobras do Brasil está considerando mudar a plataforma de perfuração para outro local. Joelson Mendes, diretor-executivo de Exploração e Produção, afirmou que a empresa está pronta para começar a perfurar, mas aguarda a permissão do governo brasileiro.

Técnicos do Ibama recomendam rejeição do pedido da Petrobras

Em abril, técnicos do Ibama recomendaram a rejeição do pedido da Petrobras para perfurar a área. A palavra final sobre o assunto cabe ao governo brasileiro, e a Petrobras aguarda sua decisão.

Plano B: Mudança de plataforma para a Bacia Potiguar

Caso a permissão não seja concedida, a gigante estatal do petróleo possui um “plano B”: mover a plataforma para a Bacia Potiguar, no Nordeste do Brasil. Mendes observou que seria “muito fácil” mover a plataforma de um local para outro e que a empresa já possui uma alternativa.

Poço Pitu Oeste seria o primeiro a receber a sonda

Se a mudança for realizada, o poço Pitu Oeste, localizado no estado do Rio Grande do Norte, será o primeiro a receber a sonda. A Petrobras informou à Reuters que também buscaria perfurar os poços Pitu Oeste e Anhangá no mesmo estado caso não consiga a licença ambiental para a Bacia do Amazonas.

Liberação do Ibama ainda necessária para poços alternativos

No entanto, vale ressaltar que a perfuração dos poços alternativos na Bacia Potiguar também exigirá a liberação do Ibama, o que pode gerar novos desafios para a empresa.

Fonte: Mercos Shipping Marítima Ltda

Data: 09/05/2023



BE NEWS – BRASIL EXPORT

EDITORIAL – O SETOR PORTUÁRIO E AS AÇÕES SOCIAIS

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br

O veleiro The Maiden Factor está em Santos (SP) em busca de projetos que tenham como foco a educação de meninas em condições de vulnerabilidade. Essa iniciativa é um exemplo claro de como a educação é fundamental para a transformação social e a promoção da igualdade de gênero.

Ainda existem muitas barreiras para o acesso à educação pelas mulheres em todo o mundo. A discriminação de gênero e a desigualdade social ainda impedem que muitas meninas tenham acesso à educação de qualidade. Por isso, é essencial que ações como a do The Maiden Factor sejam ampliadas e incentivadas.

Nesse sentido, é importante destacar a relevância do setor portuário no apoio a essas ações de inclusão educacional. Como um dos principais setores da economia, o portuário tem um papel fundamental na promoção da justiça social e da igualdade de gênero. É necessário que as empresas do setor se engajem em projetos que promovam a inclusão e a diversidade em todas as suas formas.



A iniciativa da DP World em apoiar o The Maiden Factor é uma prova de que empresas do setor portuário têm um papel importante na promoção da igualdade de gênero e da inclusão educacional. Essas ações contribuem para a formação de uma sociedade mais justa e igualitária, onde homens e mulheres tenham oportunidades iguais.

O acesso à educação é um direito humano fundamental e essencial para a formação de cidadãos críticos e conscientes. É preciso que todos os setores da sociedade, incluindo o portuário, se engajem em ações de inclusão educacionais para que possamos construir um futuro mais justo e igualitário.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/05/2023

NACIONAL - HUB – CURTAS

Por LEOPOLDO FIGUEIREDO E COLABORADORES leopoldo.figueiredo@portalbenews.com.br

HIDROGÊNIO VERDE 1

O Porto de Pecém, no Ceará, no nordeste do Brasil, e o de Roterdã, na Holanda, vão firmar uma parceria para implantar um corredor de hidrogênio verde. O projeto prevê que o combustível exportado pelo complexo cearense seja enviado diretamente para o porto holandês e, dali, distribuído para toda a Europa. O acordo será firmado amanhã, dia 10, com a realização de uma cerimônia virtual com a participação do primeiro ministro holandês Mark Rue, que está no Ceará, em visita ao estado, e de dirigentes de Pecém, que estão em um dos principais eventos de hidrogênio verde do mundo, o World Hydrogen Summit 2023, que está acontecendo em Roterdã.

HIDROGÊNIO VERDE 2

O Ceará tem, atualmente, 24 memorandos de entendimento relacionados com o hidrogênio verde, sua produção, exploração e transporte. Três deles já encontram-se em fase de pré-contrato, com áreas reservadas para a implantação de seus empreendimentos na zona de processamento de exportação (ZPE) do Porto de Pecém.

FERROVIA 1

A implantação da Ferrovia da Integração Centro-Oeste (Fico) deve ganhar novos impulsos nos próximos meses. Primeiramente, está previsto o avanço das obras. E o Governo Federal estuda criar um corredor denominado Fico-Fiol, com a Ferrovia Oeste e Leste na Bahia, melhorando o escoamento da produção agropecuária pelo Porto de Malhado, em Ilhéus (BA). Esses planos foram destacados pelo ministro dos Transportes, Renan Filho, na semana passada, durante evento em Brasília.

FERROVIA 2

Ao comentar o projeto ferroviário, Renan Filho disse que o País precisa avançar rumo a uma economia mais sustentável. “E várias coisas precisam (ocorrer) para que isso seja feito para garantir sustentabilidade. Uma delas é o avanço do modal ferroviário para o Brasil Central. E o presidente Lula está acompanhando isso. O governador (do Mato Grosso, Mauro Mendes) também e vamos soltar, nos próximos meses, as obras da Ferrovia da Integração Centro Oeste, que pode se transformar num corredor chamado Fico-Fiol, com a Ferrovia Oeste e Leste na Bahia, para facilitar o escoamento da produção do Brasil Central”.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/05/2023

NACIONAL - ELETROBRAS DIZ QUE AÇÃO QUESTIONANDO PRIVATIZAÇÃO FERRE CONDICÕES LEGAIS E ECONÔMICAS

Empresa afirma que o processo de venda aconteceu de acordo com a legislação, inclusive aprovada pelo Congresso Nacional

Por MARÍLIA SENA marilia@portalbenews.com.br



O poder público tem 42,61% das ações ordinárias da Eletrobras, mas devido à desestatização, a proporção de votos da União foi limitada a 10%
Crédito: Fernando Frazão/Agência Brasil

A PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS FOI UMA DAS PROPOSTAS DO GOVERNO DO EX-PRESIDENTE JAIR BOLSONARO, APROVADA PELO CONGRESSO NACIONAL EM 2021 E FINALIZADA NA BOLSA DE VALORES EM 2022.

Após a Advocacia-Geral da União (AGU) questionar no Supremo Tribunal Federal (STF) trechos da privatização da Eletrobras, a empresa emitiu um comunicado ontem (8) em que afirma que a ação do órgão contraria condições legais e econômicas que embasaram o processo de desestatização da companhia.

A ação apresentada pela AGU ao STF também é assinada pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva. A Advocacia justifica que a lei que permitiu a privatização da empresa diminuiu irregularmente o peso dos votos a que o governo teria direito.

A privatização da Eletrobras foi uma das propostas do governo do ex-presidente Jair Bolsonaro, aprovada pelo Congresso Nacional em 2021 e finalizada na Bolsa de Valores em 2022. A empresa aponta que o processo de venda aconteceu de acordo com a legislação, inclusive aprovada pelo Legislativo junto com a Constituição Federal.

Em nota, a empresa afirma que, se o STF aceitar a ação da AGU, o Governo Federal pode recuperar “a preponderância nas deliberações da assembleia geral da Eletrobras”.

“O que contraria as premissas legais e econômicas que embasaram as decisões de investimento do mercado — inclusive os milhares de trabalhadores titulares de contas do FGTS —, a partir de modelagem desenvolvida pela própria União”, explica a empresa.

Na ação, a União afirma que não existe a intenção de pedir a reestatização, pois o tema “deve ser discutido pelo Congresso Nacional, inclusive à luz da jurisprudência dessa Corte”, explica a AGU. No entanto, o Governo questiona o poder de votos dos acionistas. O poder público tem 42,61% das ações ordinárias da Eletrobras, mas devido à desestatização, a proporção de votos da União foi limitada a 10%.

No processo de venda, a Eletrobras foi transformada em uma corporation, empresa de capital privado sem acionista controlador. Portanto, nenhum acionista tem voto superior a 10%, mesmo com o maior número de ações ordinárias.

“O poder público possui quase 43% das ações ordinárias, mas só pode exercer votos até o limite de dez por cento da quantidade de ações do capital votante da companhia. Estamos confiantes de que a Corte devolverá à União a prerrogativa de exercício pleno de seus direitos políticos nessa gigante do setor elétrico nacional”, disse o advogado-geral da União, Jorge Messias, pelo Twitter.

A situação repercutiu em Brasília. O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, reafirmou que a ação da AGU no STF não tem como finalidade rever a privatização da empresa.

“Essa Ação Direta de Inconstitucionalidade (ADI) nada tem a ver com a revisão da privatização. O que ela busca é de forma justa restabelecer os direitos políticos da União, que tem 43% da Eletrobras e, por um modelo de corporação completamente desequilibrado, só tem direito de voto a no máximo 10%”, afirmou o ministro em entrevista à CNN Brasil.

Porém, Alexandre Silveira defende que a Eletrobras precisa ter uma “mão firme do Estado”, para garantir a segurança energética, modicidade tarifária e preços justos à população. Para ele, o Governo deveria ter quatro membros no Conselho de Administração.

“A União só pode ter um praticante dos nove membros do Conselho, criando uma desproporção. A ADI nada tem a ver com a discussão de mérito da privatização, o que não impede que continue as discussões no Governo sobre a possibilidade de se discutir juridicamente até mesmo a privatização, o que não está em pauta atualmente”, reforçou Silveira.

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira, disse no domingo (7) que o processo de desestatização da Eletrobras foi validado pelo Congresso e que a intenção do presidente Lula de questionar a privatização da empresa causa uma “preocupação muito forte”.

O presidente Lula disse a jornalistas no último sábado (6), na sua viagem ao Reino Unido, que não concorda com os termos colocados na época em que o processo de privatização foi aprovado. Lula sinalizou que não acha justo o Governo ter 43% da empresa e estar limitado a 8% dos votos, além de criticar o salário dos dirigentes e conselheiros da empresa.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 09/05/2023

REGIÃO SUL - PORTOS DO PARANÁ INICIA NOVA FASE DE DRAGAGEM EM CANAL DE ACESSO DE ANTONINA

Draga chinesa está atuando no canal de acesso e na bacia de evolução; obras vão até o final de junho

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



A draga chinesa Xin Hai Hu 9, que está sendo utilizada para a etapa de dragagem, é um equipamento do tipo hopper e tem capacidade de cisterna de 10 mil metros cúbicos Fotos: Divulgação/Jonathan Campos/ANP

A Portos do Paraná, Autoridade Portuária responsável pelos complexos de Paranaguá e Antonina, iniciou uma nova fase da campanha de dragagem de manutenção nos portos paranaenses. A draga Xin Hai Hu 9, da China, está atuando no canal de acesso e bacia de evolução do Porto de Antonina.

Segundo a Portos do Paraná, as obras vão até o final de junho e, logo na sequência, seguem para o canal de acesso ao Porto de Paranaguá, na área Alfa.

Conforme explicou Victor Kengo, Diretor de Engenharia e Manutenção da Companhia, esta nova etapa faz parte do Programa de Dragagem de Manutenção, que começou em 2019, e foi aprovado pelo Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (Ibama).

A atividade é feita de maneira controlada, respeitando as áreas de dragagem e boas práticas operacionais, bem como a execução de programas aprovados pelo órgão ambiental.

Além disso, a Autoridade Portuária, através da sua Diretoria de Meio Ambiente, reforçou que as obras só são realizadas durante os períodos permitidos pela janela ambiental.

Equipamentos

A draga chinesa Xin Hai Hu 9, que está sendo utilizada para a etapa de dragagem, é um equipamento do tipo hopper e tem capacidade de cisterna de 10 mil metros cúbicos. É uma draga autotransportadora, ou seja, todo o material dragado é carregado na própria cisterna da embarcação até o local de despejo.

A área de despejo, também licenciada pelo Ibama, denominada ACE20, está localizada a cerca de 14.850 metros da entrada do Canal da Galheta. Estima-se que o trajeto até lá seja feito de três a cinco vezes diariamente, dependendo da distância do trecho até a área de despejo.

As dragas são embarcações especializadas que retiram o sedimento de fundo, exclusivamente dentro do canal de navegação utilizados pelos navios, até o atingimento da profundidade segura para passagem de embarcações.

De acordo com a Portos do Paraná, está previsto ainda para este mês a chegada de um novo equipamento, a draga clamshel (com guindaste) Xin Hai Beng. O equipamento servirá para reforçar as atividades de dragagem de manutenção nos terminais portuários paranaenses.

A embarcação, por suas especificações, atua com o auxílio de dois batelões (Hang Bo 2002 e 2003). Ambos já estão em porto, aguardando a chegada da nova draga, segundo informou a companhia.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/05/2023

NACIONAL – SANTOS EXPORT 15 E 16 DE MAIO – BLUS MED CONVENTION CENTER – SANTOS – SP

DA REDAÇÃO redacao@portalbenews.com.br



SANTOS EXPORT 2023
15 e 16 de maio
Blue Med Convention Center - Santos - SP

APRESENTAÇÃO:
Fabrizio Pierdomênico
Secretário Nacional de Portos e Transportes Aquaviários

DEBATEDORES:

- Antônio Carlos Sepúlveda
Diretor-Presidente da Santos Brasil
- Fabio Siccherino
CEO da DP World Santos
- Ricardo Arten
CEO da Brasil Terminal Portuário
- Sandra Silva
Gerente Jurídica do TEG/TEG/TEAC

Transmissão ao vivo e gratuita pelo Portal BE News

BE NEWS

Saiba mais em: forumbrasilexport.com.br



Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/05/2023

REGIÃO SUDESTE - EQUIPE DE MULHERES QUE VELEJA O MUNDO BUSCA PROJETOS PARA APOIAR EM SANTOS

Iniciativa é patrocinada pelo Grupo DP World, que opera um terminal no porto da cidade
Por VANESSA PIMENTEL vanessa@portalbenews.com.br



Um dos objetivos da tripulação do The Maiden Factor é destacar a presença feminina na indústria náutica e na navegação, segmentos historicamente dominados por homens Crédito: Divulgação

É A PRIMEIRA VEZ QUE O VELEIRO THE MAIDEN FACTOR VEM AO BRASIL. ALÉM DE PROMOVER O ACESSO À EDUCAÇÃO DE MULHERES EM SITUAÇÃO DE VULNERABILIDADE, A TRIPULAÇÃO LEVANTA QUESTÕES SOBRE O CUIDADO COM O MEIO AMBIENTE E A PROTEÇÃO DOS OCEANOS.

O veleiro The Maiden Factor, tripulado apenas por mulheres, está em Santos (SP) em busca de projetos que tenham como foco a educação de meninas em condições de vulnerabilidade. A iniciativa é patrocinada pelo Grupo DP World, que opera um terminal no Porto de Santos.

Na tarde de ontem (8), a companhia reuniu autoridades que atuam no segmento portuário e representantes da Prefeitura de Santos para falar sobre a proposta, apresentar e homenagear a tripulação, composta por 11 mulheres de diferentes nacionalidades. O evento foi realizado no late Clube de Santos, onde o veleiro está atracado desde o último dia 2. Amanhã (10), a embarcação zarpa rumo aos Açores, em Portugal.

Segundo a DP World, a empresa está em contato com a Secretaria da Mulher para identificar três entidades ou Organizações Não Governamentais (ONGs) que atuam com projetos voltados à capacitação de meninas. Após a seleção, a documentação das associações será enviada para análise à sede do Maiden Factor, na Inglaterra, e o projeto que for aprovado receberá um repasse financeiro para auxiliar na manutenção das atividades.

É a primeira vez que o veleiro The Maiden Factor vem ao Brasil. Além de promover o acesso à educação de mulheres em situação de vulnerabilidade, a tripulação levanta questões sobre o cuidado com o meio ambiente e a proteção dos oceanos. Outro objetivo é destacar a presença feminina na indústria náutica e na navegação, segmentos historicamente dominados por homens.

“A gente trabalha muito para o empoderamento feminino, para a igualdade de gênero e para a inclusão da mulher no mercado de trabalho, principalmente no mercado portuário, que durante muito tempo foi liderado por homens”, disse Fábio Siccherino, diretor-presidente da DP World.

A vice-prefeita de Santos, Renata Bravo, destacou que “iniciativas como essa, que reúnem empoderamento feminino, educação e trabalho social, coincidem com o trabalho que a prefeitura está fazendo relacionado às políticas de inclusão”.

Também parabenizou as velejadoras pela coragem em realizar travessias oceânicas ao mesmo tempo em que ajudam outras mulheres.

Anderson Pomini, presidente da Autoridade Portuária de Santos (APS), compareceu ao evento e, em seu discurso, declarou que, conversando com Bernadete Bacellar, diretora de Administração e Finanças da estatal, decidiu criar um trabalho junto às 130 funcionárias da APS com o objetivo de aumentar o engajamento delas em “movimentos como esse”.

O encontro reuniu ainda Marcos Libório, secretário de Meio Ambiente de Santos, Bruno Orlandi, secretário de Assuntos Portuários e Emprego, e Fabrício Julião, CEO do Grupo Brasil Export.

Expedição

Antes de chegar ao Brasil, o veleiro estava na Cidade do Cabo, na África do Sul, e percorreu 3.400 milhas náuticas (cerca de 6.300km) em uma viagem de 21 dias até Santos — que inclusive foi pioneira ao transformar cultura oceânica em política pública em 2021.

A primeira equipe do Maiden Factor composta somente por mulheres foi formada em 1989, sob o comando da ex-velejadora britânica Tracy Edwards.

Na atual expedição, liderada por Marie Claude Heys, a tripulação zarpou de Dubai, nos Emirados Árabes, atravessou o Canal de Suez e o Mediterrâneo, cruzou o Atlântico e chegou a Miami, nos Estados Unidos, em abril de 2021. O Maiden navegou ainda pela costa leste da América do Norte com várias escalas, incluindo Nova York e Newport (EUA), e Saint John, no Canadá.

A vela oceânica que leva o barco pelo mundo possui 58 pés (cerca de 18 metros de comprimento) e cinco metros de boca. O mastro da embarcação é um dos pontos que mais chamam a atenção, com cerca de 25 metros de altura.

Para a tripulação do Maiden Factor, conquistar novos territórios significa “difundir os projetos e garantir que mais pessoas sejam beneficiadas, seja por projetos de educação ou pela preservação do meio ambiente”.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 09/05/2023

REGIÃO SUDESTE - SP ENCERRA ABRIL COM 35 OBRAS DE RODOVIAS E MAIS DE R\$ 400 MI EM INVESTIMENTOS

Ao todo, 464,5 quilômetros de vias estaduais e vicinais foram finalizados

Por **CÁSSIO LYRA** redacao@portalbenews.com.br



No total, 464,5 quilômetros de rodovias estaduais e vicinais receberam intervenções como pavimentação de trechos e restauração de pavimento Crédito: Divulgação/Governo de São Paulo

O Governo do Estado de São Paulo anunciou que encerrou o mês de abril com 35 obras viárias concluídas. Ao todo, foram investidos R\$ 407,5 milhões contemplando 30 rodovias vicinais e cinco rodovias estaduais, em benefício de 42 municípios. Os dados foram fornecidos pelo Departamento de Estradas de Rodagem (DER-SP), órgão vinculado à Secretaria de Meio Ambiente, Infraestrutura e

Logística (Semil).

Segundo o levantamento, 464,5 quilômetros de rodovias estaduais e vicinais, sob gestão municipal, receberam intervenções como pavimentação de trechos e restauração de pavimento.

Para as rodovias vicinais, fundamentais para a logística do território paulista, o Governo de SP destinou R\$ 348,8 milhões para investimentos em melhorias na infraestrutura viária, que correspondem a 436,4 quilômetros.

Além disso, outros 28 quilômetros de rodovias estaduais também receberam serviços emergenciais de recuperação da pista, adequação de sistema de drenagem, proteção e reforço de talude e reabilitação de sinalização horizontal. O investimento total foi de R\$ 58,7 milhões, segundo o DER-SP.

De acordo com a secretária de Meio Ambiente, Infraestrutura e Logística de São Paulo, Natália Resende, a segurança viária é uma das prioridades da gestão do governador Tarcísio de Freitas (Republicanos).

“Estamos investindo não apenas na melhoria da infraestrutura, mas em pontos das rodovias com demandas mais urgentes para a população. Uma via reestruturada diminui acidentes, garante melhores condições de segurança, além de estimular o escoamento da produção agrícola, entre outros benefícios”, analisou.

Segundo dados do Estado, as intervenções viárias geraram 5,5 mil postos de trabalho, sendo 1.390 diretos e 4.171 indiretos. As vias passaram por serviços de recuperação da pista, pavimentação, implantação de sinalização, perenização, melhorias nos traçados e implantação de sinalização horizontal.

De acordo com o DER-SP, as obras realizadas impactaram positivamente 42 municípios paulistas.

Fonte: **BE NEWS – BRASIL EXPORT**

Data: 09/05/2023

TECNOLOGIA & INOVAÇÃO - WEB SUMMIT : UM TURBILHÃO DE EMOÇÕES E EXPERIÊNCIAS

Por **QUEIT ELISANDRA ZUNINO** redacao@portalbenews.com.br

Queit Elisandra Zunino é uma profissional de TI com mais de 25 anos de experiência, atuando em tecnologia e logística em empresas multinacionais e nacionais, como Penske, Gefco. Atualmente, está na Cra Multimodal. É conselheira dos conselhos Tech e Feminino do Brasil Export e voluntária do MCIO, com o propósito de incluir mulheres em tecnologia.



A coluna tecnologia & inovação é uma contribuição do Conselho Brasil Tech Export, presidido pelo diretor-executivo da Associação Brasileira de Terminais e Recintos Alfandegados (Abtra), Angelino Caputo.

“Tudo em todo lugar ao mesmo tempo”: foi assim que me senti nos quatro dias de imersão do Web Summit. Múltiplos ambientes, múltiplas conexões, pessoas diversas, experiências plurais, atmosfera eletrizante, por vezes me bateu a tal da FOMO (Feeling of Missing Out), aquela sensação de estar perdendo algo, e por vezes escolhi JOMO (Joy of Missing Out). Aproveitei o momento e fui surpreendida e extasiada com aprendizado, networking e experiência.

O Web Summit aconteceu pela primeira vez no Rio de Janeiro e é uma celebração da crescente importância do Brasil e da América Latina no cenário tecnológico global. Este é uma das maiores e mais influentes conferências de tecnologia do mundo, reunindo empreendedores, investidores, líderes de empresas e entusiastas da tecnologia para discutir o presente, o futuro e compartilhar ideias inovadoras. Nesta edição, os principais debates foram sobre IA (inteligência artificial), suas possibilidades e limites éticos, Web3, ESG, criptomoedas, blockchain e o desenvolvimento de habilidades humanas, como criatividade e comunicação.

Diferente dos habituais eventos de tecnologia, o Web Summit teve 42% do público formado por mulheres (grande mérito do Women in Tech, que proporcionou um mega desconto nos ingressos femininos). Além disto, um grande número delas também subiu ao palco, o que foi lindo. Foi especial pra mim a presença em peso das MCIOS, grupo voluntário do qual faço parte e tem como meta impulsionar mulheres em tecnologia. Fomos brindadas com a palestra de sua presidente, Lone Coco, sobre este tema na Arena Senac, local que, inclusive, deu show de inclusão, oferecendo tradução para libras e transmissão ao vivo no YouTube.



Nem só de alegrias, vivemos no evento. Os primeiros dias foram desafiadores com falhas no som, falta de alimentos nos foodtrucks e grandes filas para tudo, tudo mesmo. As masterclasses, que eram sessões de 45 min com conteúdos mais ricos, viraram artigos de luxo, com filas de mais de 2 horas.

A saída do Rio Centro, na terça-feira, foi um caos. Protagonizamos cenas de pessoas andando feito zumbis em vão pelos portões e redondezas, atrás de um Uber sem sucesso. A organização melhorou gradualmente e terminou deixando espaço para um quero mais.

Agora vamos às alegrias: o grande presente do evento foram as pessoas e conexões. As trocas entre pavilhões, no gramado, nas filas, nos stands e nas palestras. Estive com talentos que sigo e conheço há anos no virtual, amigos com quem compartilho a jornada de tecnologia e carreira, outros que admiro e tive o prazer de conhecer melhor e outros, ainda, que lá descobri e definitivamente trarei pra minha rede de colaboração.

As startups tiveram espaço pra brilhar no evento, desde os pitches até os stands, que foram organizados por seed stage, early stage e growth. Estiveram lá 974 startups, representando 28 indústrias, de 42 países. Faltou um espaço dedicado às logtechs. O maior foco foi em marketing, educação, cripto, finanças e saúde. A edtech Jade Autism foi a vencedora na competição de startups, com o propósito de promover educação inclusiva por meio de um software que ajuda crianças e adolescentes com TEA (Transtorno do Espectro Autismo).

IA foi o tema mais quente. Compartilho aqui um pouco das minhas experiências :

- Um app em 18 minutos. Foi assim que Thomas Dohmke, presidente do GitHub, mostrou o poder da ferramenta CoPilot, fazendo uma demonstração ao vivo. Ele acredita que a criatividade dos desenvolvedores deve ser usada para tarefas complexas, enquanto a IA pode acelerar o desenvolvimento em até 10x.
- A grande questão “A IA vai substituir o homem?” foi assim respondida com brilhantismo por Gabriel Challita, em sua masterclass : “O maestro continua existindo, mas a tecnologia ajuda a afinar os instrumentos. Profissões de repetição vão ter que mudar para outros espaços”.
- Mesmo os grandes não conseguem inovar sozinhos. É necessário humildade e pensar em maneiras de trazer soluções interessantes “de fora para dentro”, construindo ecossistemas colaborativos. Essa foi a mensagem da Embraer, da Vivo e do Itaú.
- “O ChatGPT parece aquele tio que aparece nos feriados, enche a cara e fala com confiança sobre temas de que ele não faz a mínima ideia. Pode ser engraçado nas reuniões de família, mas não devemos levar a sério. Não podemos transformar um chatbot numa ferramenta de pesquisa para nos informar sobre fatos reais”, disse Meredith Whittaker, presidente do app Signal. Dei risada e fiquei com a reflexão : “Será?”
- A palestra de Rebecca Parsons, CTO da Thoughtworks, clamou por assumirmos nossa responsabilidade sobre a tecnologia – afinal, tecnologias são moralmente neutras, o bem ou mal vem do ser humano. Algumas ações práticas: crie um guideline e metodologias pra tecnologia responsável, invista em proteção de dados, privacidade e transparência, elimine (ou audite) algoritmos tendenciosos, diversifique a força de trabalho, implemente um acessivo e inclusivo design.
- Aprendemos que a segurança deve ser ensinada às pessoas como um hábito. Jeff Shiner e Brittany Kaiser destacaram que 80% das brechas de segurança ocorrem devido a sites com problemas e à reutilização de senhas. Ao discutir a relação entre IA e segurança da informação, percebemos que a IA pode ser uma faca de dois gumes.

- Sobre financeiras, teve papo com o presidente-executivo do Banco Itaú, Milton Maluhy Filho, que falou sobre o banco do futuro. Ele ressaltou, como receita de sucesso: gerar valor a nível individual ao cliente; atrair e reter talentos, em especial das próximas gerações; renovar a cultura das grandes empresas de fora pra dentro, através de startups cuidando para manter a autonomia e independência; e assumir responsabilidade sobre mudanças climáticas e a renovação da matriz energética.

Enfim, depois dos quatro dias, a certeza é que as conexões humanas e a inovação em rede suportada por todas estas tecnologias exponenciais podem criar futuros fantásticos, e precisamos trilhar este caminho com ética, inclusão, segurança e de forma sustentável. O Web Summit sempre esteve na minha lista de eventos desejados e assim seguirá. Agora teremos até 2028 pra vivenciá-lo em terras cariocas. Que venha 2024, pois sai de lá com gostinho de futuro.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/05/2023

OPINIÃO – ARTIGOS - A AMAZÔNIA É UM PROBLEMA DO MUNDO?



AUGUSTO CESAR BARRETO ROCHA

Doutor em Engenharia de Transportes, professor associado da Universidade Federal do Amazonas e diretor adjunto da Federação das Indústrias do Estado do Amazonas

opinioao@portalbenews.com.br



Com alguma frequência observamos líderes globais mencionarem a Amazônia como um problema do mundo. Mas nunca percebemos os problemas da Amazônia sequer como problemas para o Brasil. Nossos desafios não são percebidos como problemas nacionais ou globais.

A hipocrisia reinante nas discussões sobre a Amazônia é um dos maiores entraves para a mudança da realidade em relação às soluções. As deficiências estruturais não entram nos orçamentos de investimentos, mas as oportunidades de extração estão sempre por lá, seja com minérios, petróleo ou energia.

Encontrar alguma lógica de nossos interesses nos debates que são realizados sobre a Amazônia é o grande desafio político que possuímos. Isso implica em demonstrar que há oportunidades, mas que existem também problemas concretos do presente e que não somos um mero almoxarifado de recursos para exploração, ou museu para preservação.

As ideias em contraste são: não fazer nada ou explorar recursos. Nunca há deliberações sobre como corrigir a falta de energia elétrica ou de infraestrutura de transportes. Quando se fala sobre estas questões, tipicamente o que ouvimos são justificativas para nada fazer, em nome de uma falsa preocupação ambiental, que está normalmente associada com interesses inconfessáveis ou pura miopia geográfica.

Enquanto não enfrentarmos nossos problemas, criando oportunidades, não sairemos desta armadilha que é deliberar sobre o que não interessa, ao invés de enfrentar os problemas reais. Enquanto o Brasil não atuar como um país que possui poderes e decisões além do Sudeste ou de Brasília, teremos conflitos tributários, políticos e agrícolas, distantes de uma república.



Nossa atuação ambiental impacta o mundo, então nossas necessidades deveriam minimamente impactar o Brasil, mas seguimos sendo colocados de fora dos investimentos e das correções de deficiências e até mesmo das conversas. Olhar os problemas da região unicamente como questões de segurança será uma visão tão curta como acreditar que apenas com polícia e força se resolve o problema da pobreza. Precisamos criar condições para uma prosperidade – fora disto, estaremos sempre atrasados na construção de uma Amazônia sustentável.

A HIPOCRISIA REINANTE NAS DISCUSSÕES SOBRE A AMAZÔNIA É UM DOS MAIORES ENTRAVES PARA A MUDANÇA DA REALIDADE EM RELAÇÃO ÀS SOLUÇÕES. AS DEFICIÊNCIAS ESTRUTURAIS NÃO ENTRAM NOS ORÇAMENTOS DE INVESTIMENTOS, MAS AS OPORTUNIDADES DE EXTRAÇÃO ESTÃO SEMPRE POR LÁ, SEJA COM MINÉRIOS, PETRÓLEO OU ENERGIA.

Fonte: BE NEWS – BRASIL EXPORT

Data: 09/05/2023



SOPESP – SIND DOS OPERADORES PORTUÁRIOS DO EST. SP

EXPORTAÇÕES CRESCEM 24% NA PRIMEIRA SEMANA DE MAIO

Informações: Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (9 de maio de 2023)

As vendas externas brasileiras tiveram alta de 24,9%, se comparadas as médias até a primeira semana de maio de 2023 (US\$ 1,682 bilhão) com a de maio de 2022 (US\$ 1,347 bilhão).

Em relação às importações, houve queda de 2% no mesmo comparativo, com registro da média diária de US\$ 1,099 bilhão na primeira semana de maio deste ano, e de US\$ 1,122 bilhão, em maio do ano passado. Os dados foram disponibilizados nesta segunda-feira (8/5), pela Secretaria de Comércio Exterior (Secex) do Ministério do Desenvolvimento, Indústria, Comércio e Serviços (MDIC)

Confira os principais resultados da balança comercial referente a primeira semana do mês de maio

Setores e produtos

No período em comparação, o desempenho dos setores pela média diária registrou crescimento de US\$ 70,04 milhões (+19,3%) na exportação de produtos do setor Agropecuário, com destaques para soja (+ 19,8%); café não torrado (+72,2%); e arroz com casca, paddy ou em bruto (+ 414.199%). No setor da Indústria Extrativa, houve crescimento de US\$ 68,15 milhões (+24,2%) nos embarques ao exterior, com destaque para minério de ferro e seus concentrados (+64,2%) e minérios de alumínio e seus concentrados (+120,4%).

Já a Indústria de Transformação teve crescimento de US\$ 197,01 milhões (+28,3%) nas vendas, com contribuição de farelos de soja e outros alimentos para animais, excluídos cereais não moídos, farinhas de carnes e outros animais (+ 86,7%), além de açúcares e melado (+ 83%).

Nas importações, no acumulado até a primeira semana do mês, se comparado com igual mês do ano anterior, o desempenho dos setores pela média diária teve queda de US\$ 5,94 milhões (-25,1%) em Agropecuária, principalmente trigo e centeio, não moídos (-58,9%); soja (-100%); e milho não moído, exceto milho doce (-98,3%). Foi registrada queda de US\$ 14,5 milhões (-17,2%) em Indústria Extrativa, com destaque para óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos, crus (-39,9%) e gás natural, liquefeito ou não (-100%).

Na Indústria de Transformação, a queda de US\$ 2,51 milhões (-0,2%) foi influenciada pelas reduções em adubos ou fertilizantes químicos (-51,7%); e óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos, exceto óleos brutos (-61,2%).

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/05/2023



SEMINÁRIO DE DIREITO PORTUÁRIO REÚNE MINISTROS DO TST EM IMBITUBA

Informações: Portal TRT 12ª Região (9 de maio de 2023)

O Órgão Gestor de Mão-de-Obra do Trabalho Portuário de Imbituba promoveu, nesta sexta-feira, o Seminário de Direito do Trabalho Portuário de Imbituba. O evento teve como objetivo expor e debater os principais temas que envolvem as relações de trabalho nos portos públicos e privados, bem como mostrar o ponto de vista do Tribunal Superior do Trabalho (TST) sobre o assunto.

Para tanto, foram convidados dois ministros do TST. Alexandre Luiz Ramos, egresso do Tribunal Regional do Trabalho da 12ª Região, falou sobre adicional de riscos e segurança jurídica. Guilherme Augusto Caputo Bastos, por sua vez, tratou da “Teoria da derrotabilidade no Direito Portuário: prioridade x exclusividade”.

O presidente do TRT-12, desembargador José Ernesto Manzi, também foi convidado e falou na abertura do evento. “Porto é passagem, abertura. É a ligação da terra com o mar e os novos horizontes. Este evento é uma oportunidade única para que os portuários mostrem aos profissionais do Direito as peculiaridades de suas funções, e os juristas mostrem as suas visões. Conhecendo mais, não entraremos de ‘gaiatos no navio’ e poderemos dar respostas mais próximas da realidade e da Justiça”, disse ele.

Também falaram na abertura do evento, pelo tribunal, o vice-presidente, desembargador Wanderley Godoy Junior; o corregedor-regional, Nivaldo Stankiewicz; e o juiz titular da Vara do Trabalho de Imbituba, Marcel Luciano Higuchi Viegas dos Santos.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/05/2023

BRASIL JÁ CONQUISTOU 18 MERCADOS NOS PRIMEIROS MESES DE 2023

Informações: Ministério da Agricultura e Pecuária (9 de maio de 2023)

Nos primeiros meses deste ano, o Brasil recebeu autorização para iniciar as exportações de produtos agropecuários para 18 novos mercados. Os comunicados que autorizam as vendas foram enviados ao Ministério da Agricultura e Pecuária (Mapa) pelas autoridades sanitárias de cada país envolvido.

Os registros de aberturas para produtos do setor agropecuário de janeiro até primeira semana de maio deste ano reforçam o reconhecimento dos players internacionais pela qualidade e elevados controles sanitários e fitossanitários estabelecidos pelos exportadores brasileiros.

Dentre os quatro continentes que abriram mercados para os produtos brasileiros, sendo um dos mais recentes na Argentina, as Américas somam 10 novas oportunidades de comércio para o agronegócio.

O secretário de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, Roberto Perosa, ressalta a retomada da boa relação com o bloco do Mercosul. “Essa nova abertura de mercado na Argentina mostra todo o esforço do governo brasileiro, especialmente do Mapa, em restabelecer o bom relacionamento com os nossos países vizinhos, principalmente do Mercosul, e estamos fazendo isso. A abertura frequente de mercados tem acontecido e mostra o total foco em retomar as boas relações comerciais e fraternais do Brasil com os demais países”, comentou.

“Há 20 anos o Brasil sonhava em abrir o mercado de carne bovina para o México. No caso da carne suína, o mercado do México corresponde a mais de 1 milhão de toneladas. Também

tivemos ampliações para a China e estamos trabalhando muito forte para abrir mercados na União Europeia”, comemorou o ministro da Agricultura e Pecuária, Carlos Fávaro.

A expectativa é que com a abertura para as carnes bovinas e suínas brasileiras para o México gerem um aumento em US\$ 200 milhões nas exportações. O México é o terceiro maior importador mundial da proteína animal, atrás somente de China e Japão.

De acordo com a Secretaria de Comércio e Relações Internacionais do Mapa, o Brasil registrou recorde nas exportações do agronegócio no primeiro trimestre deste ano, com US\$ 35,95 bilhões. O setor representou, neste período, 47,2% das exportações totais brasileiras.



Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo
Data: 09/05/2023

MEIOS NAVAIS E AERONAVAIS REALIZAM EXERCÍCIOS DE CAPACIDADE OPERATIVA

Informações: Agência Marinha de Notícias (9 de maio de 2023)

A partir de hoje (08) até o dia 12 de maio, cerca de 2 mil militares distribuídos em 11 navios, sendo um submarino, seis helicópteros, dois caças e uma aeronave da Força Aérea Brasileira participam da Operação “ADEREX”, realizada entre as cidades de Rio de Janeiro (RJ) e Santos (SP).

A operação tem como propósito elevar o grau de adestramento dos meios navais e aeronavais da Esquadra e contribuir para a capacidade operativa e expedicionária da Força.

Durante o período, serão realizadas operações aéreas a bordo de todos os navios, exercícios de tiro com mísseis, canhões e metralhadoras, lançamento de torpedos, ações de defesa contra aeronaves, submarinos e outros navios, transferência de carga leve e de posicionamento em formaturas, principalmente a curta distância.

Participam da operação o Navio-Aeródromo Multipropósito “Atlântico”, as Fragatas “Defensora”, “Constituição”, “Liberal”, “Independência”, “União” e “Rademaker”, Corveta “Julio de Noronha”, Submarino “Tikuna”, Navio de Socorro Submarino “Guillobel”, e Navio-Patrolha “Macaé”; os helicópteros SH-16 Seahawk, AH-11B Wild Lynx, AH-15B Super Cougar e UH-12 Esquilo; os caças



AF-1 Skyhawk e a aeronave P-3AM Orion, da Força Aérea Brasileira. A Operação ADEREX será conduzida pelo Comando da 2ª Divisão da Esquadra.

Conheça os meios navais da Marinha:

<https://www.marinha.mil.br/meios-navais>

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/05/2023

ÁFRICA DO SUL ABRE MERCADO PARA SUBPRODUTOS DE ORIGEM ANIMAL DO BRASIL

Informações: Portal DBO (9 de maio de 2023)

A África do Sul abriu seu mercado para a importação e comercialização de subprodutos de origem animal (farinha de proteínas, sangue e gorduras de aves, suínos e bovinos) do Brasil, informou o Ministério da Agricultura, em nota.

De acordo com a pasta, a aprovação do Certificado Sanitário Internacional entre os dois países, processo iniciado em 2017, foi concluída na última sexta-feira, 5.

Esses subprodutos são normalmente utilizados na nutrição animal. Essa foi a 18ª abertura de mercado para produtos da agropecuária conquistada pelo País neste ano.

“É inquestionável o aumento das exportações e da ampliação do portfólio de produtos brasileiros sendo exportados mundo afora. Fruto de uma conjuntura que favorece muito nosso sistema de defesa animal e vegetal muito eficiente, muito competente, o que garante a qualidade dos nossos produtos”, comemorou o ministro da Agricultura, Carlos Fávaro, na nota.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/05/2023

MINISTRO MÁRCIO FRANÇA VISITA PORTO DO RIO DE JANEIRO E SE REÚNE COM NOVA DIRETORIA DA PORTOSRIO

Informações: PortosRio (9 de maio de 2023)

Em visita ao Porto do Rio de Janeiro, na última sexta-feira (5), o ministro dos Portos e Aeroportos, Márcio França, se encontrou com a recém-nomeada diretoria da PortosRio. O objetivo foi conhecer os projetos da Autoridade Portuária e as instalações do Terminal Internacional de Cruzeiros Pier Mauá.

O ministro foi recepcionado por Álvaro Savio, diretor-presidente da PortosRio, Ronaldo Fucci, diretor de Gestão Portuária, e outros gestores da companhia. Durante a visita ao terminal Pier Mauá, o ministro foi acompanhado também por Américo Relvas, diretor da empresa arrendatária. Em seguida, Márcio França dirigiu-se ao Centro de Comando e Controle de Segurança Portuária (CCCSP), operado pela Guarda Portuária.

Durante a apresentação da PortosRio, foram compartilhadas informações sobre o panorama atual e as perspectivas da nova gestão, abrangendo os quatro portos administrados pela Autoridade Portuária: Rio de Janeiro, Itaguaí, Niterói e Angra dos Reis. Os dados apresentados incluíram os resultados dos portos, contratos de arrendamento, projetos de expansão e investimentos em infraestrutura portuária.

A diretora da Agência Nacional de Transportes Aquaviários (ANTAQ), Flávia Takafashi, acompanhada por uma equipe, realizou uma visita técnica aos Portos do Rio de Janeiro e de Itaguaí, nos dias 4 e 5 de maio, respectivamente. No Porto do Rio de Janeiro, eles assistiram a uma apresentação sobre o porto e visitaram as instalações operacionais do Cais Público, do terminal de veículos Multi-Car e do terminal de contêineres MultiRio. Posteriormente, no Porto de Itaguaí, após uma breve apresentação sobre os terminais e projetos, estiveram no terminal Sepetiba Tecon e no píer do TECAR (CSN).

Visita técnica da SNPTA e Infra S.A.

Representantes da Secretaria Nacional de Portos e Transportes Aquaviários (SNPTA) e da empresa pública federal Infra S.A. estiveram nos Portos do Rio de Janeiro e Niterói, nos dias 2 e 3 de maio, respectivamente. As visitas técnicas tiveram o objetivo de iniciar estudos visando a definição da modelagem para novos arrendamentos das áreas do Porto de Niterói, onde os atuais contratos vencem em 2025, e de um terminal especializado em apoio offshore no Porto do Rio de Janeiro. Questões de ajustes contratuais também foram tratadas. Na sexta-feira (dia 5), os técnicos da Secretaria e da Infra S.A. realizaram uma reunião de encerramento da visita, na sede da PortosRio, para alinhar os objetivos estratégicos do planejamento portuário.

Fonte: O SOPESP - Sindicato dos Operadores Portuários do Estado de São Paulo

Data: 09/05/2023



AGENCIA EPBR DE NOTÍCIAS

ABERTURA DO MERCADO DE GÁS TROUXE CONFORTO PARA O PROJETO BM-C-33, DIZ DIRETOR DA EQUINOR

Thiago Penna diz que falta de novas descobertas e dependência externa do Brasil também ajudam a colocar o gás de Pão de Açúcar em posição favorável

Por André Ramalho 9 de maio de 2023 Em Entrevista, Mercado de gás, Mercado offshore



Diretor do projeto do BM-C-33 na Equinor, Thiago Penna (Foto: Divulgação)

RIO — O projeto do BM-C-33, na Bacia de Campos, trará um volume de gás novo para o mercado brasileiro de 14 milhões de m³/dia a partir de 2028. O diretor do Projeto na Equinor, Thiago Penna, conta que a evolução da abertura do mercado brasileiro de gás natural, nos últimos anos, trouxe mais confiança para que o consórcio avançasse, enfim, na decisão de investimento do ativo.

Equinor (35%), a operadora, e suas sócias Repsol Sinopec (35%) e Petrobras (30%) tentam tirar o projeto do papel há anos. A declaração de comercialidade do BM-C-33 estava prevista inicialmente para 2017, mas foi postergada por falta de um mercado, conta Penna.

O executivo se diz confiante, agora, de que haverá demanda para o gás do BM-C-33, cuja produção estimada é equivalente a todo o consumo atual da Comgás (SP) – a maior distribuidora do país.

Segundo ele, a abertura do mercado, a falta de novas descobertas de gás e a dependência externa do Brasil colocam o gás de Pão de Açúcar em posição favorável no mercado.

“Olhamos de perto toda a evolução do mercado de gás, vemos que há um novo desenvolvimento, gerando um conforto para nós comercializarmos esse gás... Estamos confiantes de que o posicionamento da Equinor, na conjuntura atual, em que vemos que não há tanto sucesso em termos de exploração [de novas reservas de gás no Brasil] e em que o país, em todas as previsões, vai ser importador de gás por muito tempo, é muito favorável”, comentou, em entrevista exclusiva à agência epbr.



Sem entrar em maiores detalhes, Penna diz que a monetização da parcela de produção da companhia no projeto ainda não está fechada, mas que a empresa já trabalha em algumas oportunidades e espera avançar em outras frentes nos próximos anos.

Equinor tenta fechar quebra-cabeça da monetização

A ideia, segundo Penna, é mesclar opções de contratos de fornecimento de longo prazo com outras soluções mais curtas – sem priorizar um ou outro segmento de mercado.

“Pode ser uma indústria querendo um contrato mais curto, uma termelétrica com contratos para 15, 20 anos. A montagem desse quebra-cabeça temos feito diariamente e vamos ter tempo para isso até o início da produção”, afirmou.

A Petrobras, Equinor e a Repsol Sinopec anunciaram na segunda (8/5) a decisão final de investimento no desenvolvimento das reservas encontradas no bloco exploratório BM-C-33, onde está a descoberta de Pão de Açúcar, em águas profundas da Bacia de Campos.

O projeto vai demandar US\$ 9 bilhões em investimentos e extrair mais de 1 bilhão de barris de óleo equivalente.

“Na Noruega, nesse tipo de projeto, nós conseguiríamos fechar contratos [de fornecimento de gás] seis meses antes do início da produção, devido à liquidez do mercado na Europa. Mas ainda não estamos preparados para isso no Brasil”, disse.

Questionado se as novas perspectivas de estímulo ao escoamento de gás prometidas pelo programa Gás para Empregar influenciaram no investimento, o executivo disse que a decisão de seguir adiante com o desenvolvimento do BM-C-33 está relacionada ao amadurecimento do projeto em si, em suas complexidades técnicas e comerciais — como o desafio de desenvolver uma cadeia de gás num mercado em transição.

A aprovação da Lei do Gás, em 2021, segundo ele, foi um marco para o setor, do ponto de vista regulatório. E o desenvolvimento da abertura do mercado de gás no Brasil deu mais conforto para que o projeto, enfim, avançasse.

Ele acredita que, em 2028, quando o projeto começar a operar, o mercado brasileiro de gás será um mercado com mais agentes e liquidez. E que a decisão da empresa de seguir com o BM-C-33 dará mais confiança a novos investimentos no setor.

Além do gás natural, o projeto vai produzir condensado. Os componentes mais leves do gás, após o processamento, serão destinadas às correntes líquidas.

O plano da Equinor é despachar o condensado para navios aliviadores e exportar o produto no mercado global.

Próximos passos

O FPSO que será contratado para Pão de Açúcar será projetado para produzir 16 milhões de m³/dia de gás natural. Parte do volume será consumida na própria plataforma e na gestão do reservatório.

A ideia é interligar o futuro campo ao Terminal de Cabiúnas, em Macaé, região Norte do Rio de Janeiro, por gasoduto.

Penna conta que as negociações para contratação da plataforma e dos sistemas submarinos já estão avançadas. A contratação do gasoduto e da infraestrutura de recebimento do gás na costa ainda está na fase de recebimento de propostas.

Segundo ele, o consórcio espera adquirir no mercado local serviços de engenharia (parte dos módulos do FPSO) e a infraestrutura submarina e de perfuração.

Projeto terá sistema inovador

O projeto terá um sistema inédito de tratamento de gás natural instalado no topside da própria plataforma de produção.

Foi a solução encontrada para lidar com o grande potencial de produção de gás natural do ativo.

Penna explica que a opção se mostrou economicamente mais vantajosa que a construção de uma nova unidade de processamento (UPGN) na costa – já que a infraestrutura existente da Petrobras não teria capacidade disponível para absorver os grandes volumes do BM-C-33.

“Vamos usar uma tecnologia com a qual já estamos familiarizados na Noruega em plataformas fixas, mas é a primeira vez que vamos usar numa plataforma flutuante. É um conceito inovador”, disse.

BM-C-33 contribuirá para redução de emissões

Também vai operar com unidades de geração de energia a gás natural, com turbinas a gás de ciclo combinado.

A tecnologia contribuirá, segundo a Equinor, para que a intensidade de emissões ao longo da vida do CM-C-33 seja de até 6 kg de carbono por barril de óleo equivalente.

“É um campo que vai contribuir muito para atingirmos nossa meta de redução de emissões. Por ser focado em gás, as emissões de escopo 3 também são reduzidas”, comentou Penna.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 09/05/2023

EÓLICAS OFFSHORE: SEM MARCO LEGAL, INVESTIMENTOS PODEM MIGRAR PARA OUTROS PAÍSES

Demora na definição de regras preocupa investidores e também pode afetar projetos de produção de hidrogênio verde no Brasil

Por Gabriel Chiappini 9 de maio de 2023 Em Congresso, Eólica, Hidrogênio, Mercado offshore, Transição energética, Vídeos



Parlamentares no Plenário da Câmara dos Deputados durante sessão (Foto: Elaine Menke/Câmara dos Deputados)

A ausência de um marco legal para a instalação de parques eólicos offshore tem impedido o avanço de projetos no Brasil, segundo executivos de empresas interessadas no negócio. Eles alertam que a competição por capital é global e o país pode perder oportunidades.

A insegurança se dá pela ausência de lei para concessão do direito de explorar as áreas marítimas.

Discute-se ainda se os projetos estarão sujeitos a cobranças adicionais pela energia gerada nas áreas públicas – uma espécie de royalties destinado à União, estados e municípios –, entre outros pontos.

O marco legal para as eólicas offshore foi pauta do antessala, programa semanal de política energética da agência epbr.

Capital inquieto



“[O capital] é extremamente volátil. É fácil tomar decisões e falar: “na Colômbia, por exemplo, está andando bem mais rápido, vamos colocar então. [Ou] então, vamos jogar ali no Vietnã, que eles também já estão com apetite bem maior e bem mais rápido”, afirma Diogo Nóbrega.

O executivo está à frente dos projetos no Brasil da Copenhagen Infrastructure Partners (CIP) e da Copenhagen Offshore Partners (COP) no Brasil, gestoras de fundos europeus com US\$ 20 bilhões sob administração.

“Esses dezenove bilhões [de euros] estão olhando para todos os países”, afirma Nóbrega. No Brasil, a CIP/COP estima aportes de US\$ 6 bilhões para o desenvolvimento de quatro parques eólicos em alto mar, com 7 GW.

São parques offshore no Piauí (Palmas do Mar, de 1,4 GW), Rio Grande do Norte (Alísios Potiguares, de 1,8 GW), Rio de Janeiro (Ventos Fluminenses, de 2,8 GW) e Rio Grande do Sul (Ventos Litorâneos, 1,2 GW).

“É um [tipo de] projeto de energia renovável muito intenso em termos de capitais (...) A celeridade é importante por isso, porque a gente precisa ter a lei pronta para que possamos se estruturar financeiramente e, então, iniciar as contratações, e em paralelo o desenvolvimento desses projetos”, pontua Nóbrega.

Gustavo Silva, diretor de operações da Qair Brasil, reforça a necessidade de o Brasil acelerar o ambiente para atração desses investimentos. “O dinheiro é um bicho inquieto, não gosta de ficar parado (...) Então é muito difícil pedirmos para nossa controladora esperar que as coisas se resolvam, esperar um ano, esperar dois anos”, pontua.

Decreto vs projeto de lei

- Marco regulatório. Em 2022, o governo de Jair Bolsonaro (PL) editou decretos e normas administrativas para realizar os primeiros leilões de áreas para geração de energia eólica offshore. Setores do governo chegaram a cogitar uma concorrência em 2022, sem sucesso.
- Aneel. A agência marcou a continuidade da regulação das eólicas offshore para o 1º semestre deste ano. O tema é um dos itens inéditos para o próximo biênio. A Aneel é a principal agência responsável pela contratação das áreas marítimas, segundo o decreto.
- Marco legal. O Senado Federal aprovou um projeto de lei (PL 576/2021), de Jean Paul Prates (PT), ex-senador pelo Rio Grande do Norte e atual presidente da Petrobras. O texto aguarda uma deliberação da Câmara dos Deputados.
- Mercado. Há mais de 70 projetos registrados no Ibama, em uma fase inicial que pode levar ao licenciamento de parques eólicos offshore. São mais de 183 GW em capacidade instalada.
- Petróleo e gás. As empresas que levantam dados offshore para óleo e gás miram oportunidades com as eólicas offshore. Mas travam na falta de regras. Os estados produtores de petróleo atraem a maioria de projetos anunciados até o momento. Empresa de óleo e gás contam com o primeiro leilão em 2024.

Atraso nas eólicas afeta projetos de hidrogênio verde

Silva explica que a demora na definição de um marco legal afeta o planejamento para investimentos na produção brasileira de hidrogênio verde, alvo da empresa no país.

“Temos acompanhado até com certa preocupação”, disse o executivo. “O fato de estarmos ligados à planta de hidrogênio coloca um desafio a mais, que é sincronizar os dois cronogramas de implantação”.

A Qair Brasil está desenvolvendo duas grandes plantas de hidrogênio azul e verde, uma no porto de Suape, em Pernambuco, e outra no Complexo Industrial e Portuário do Pecém, no Ceará.



Neste último, o abastecimento energético dos eletrolisadores, que produzirão o hidrogênio verde, é totalmente baseado em um parque eólico offshore, também desenvolvido pela companhia, com capacidade de 1,2 GW.

São previstos US\$ 6,9 bilhões na construção do parque eólico e das plantas de hidrogênio no Ceará.

A companhia também possui outros projetos offshore em desenvolvimento pelo mundo, como um na Escócia e outro na França, onde mais recentemente participou de um outro leilão.

“Somos 21 filhos de nossa controladora. O dinheiro que deixa de vir para o Brasil está indo para outro canto e para outros ambientes, de certa forma, até mais simples. Unicamente pela motivação do nosso projeto de hidrogênio, estamos conseguindo manter esses pratos no ar”, completa o executivo da Qair.

Competição (e especulação) nas áreas offshore

O executivo também demonstra preocupação com a especulação com tentativas de licenciamento das áreas offshore, o que também pode ser regulado.

Cerca de um terço dos projetos espalhados pela costa brasileira estão de alguma maneira sobrepostos. A situação é mais complicada no litoral do Rio de Janeiro e do Ceará.

“Criamos um problema praticamente limitador, antes mesmo de ter criado a oportunidade do mercado. Essa ausência do Estado em estabelecer regras criou no mar um campo sem dono”, avalia Gustavo.

“O que vemos hoje? Projetos pendurados um em cima do outro. Aquilo que já estava ruim, criou um problema extremamente difícil e pior: um problema que dá oportunidade, dá força para os oportunistas”, explica.

Gustavo Silva lembra também que mesmo com a falta de regras claras para concessão de área, as empresas já estão investindo em estudos e no desenvolvimento dos projetos.

A Qair é uma das duas companhias que já apresentou o Estudo de Impacto Ambiental (EIA) ao Ibama, entretanto o instituto solicitou um novo estudo.

“A tendência é que quando se faça essa regulamentação é que ela já comece onerosa (...) Ainda está uma indefinição de como será esse marco regulatório. Já gastamos aproximadamente uns trinta milhões de reais em estudos e isso [a ausência de um marco] nos coloca em uma situação bastante desconfortável”, diz.

Fonte: Agência EPBR de Notícias

Data: 09/05/2023



JORNAL O GLOBO – RJ

ARCABOUÇO FISCAL NÃO DEVE PUNIR CRIMINALMENTE DESCUMPRIMENTO DE METAS, DIZ RELATOR; 'BONECA' DO TEXTO ESTÁ PRONTA

Deputado afirma que criminalizar gestor não permite metas ambiciosas

Por Manoel Ventura — Brasília



O deputado Cláudio Cajado (PP-BA) – Foto : Agência Câmara

O relator do novo arcabouço fiscal, deputado Cláudio Cajado (PP-BA), sinalizou que não irá inserir punição criminal para o presidente da República e gestores públicos em caso de descumprimento da meta de resultado das contas públicas.

A falta de responsabilização criminal vinha sendo criticada por especialistas e agentes do mercado financeiro. Para o relator, a criminalização faz o gestor propor metas não ambiciosas. Hoje, é crime de responsabilidade descumprir metas, mas geralmente as metas são frouxas ou alteradas.

— Ser você tenta criminalizar o não atingimento de metas, não permite ao gestor buscar metas ambiciosas. Hoje não se preocupa tanto em criminalizar o gestor, mas sim punir a gestão com eventuais gatilhos e sanções. Estamos estudando isso — disse o relator, em almoço da Frente Parlamentar do Empreendedorismo. — Terá algum tipo de enforcement, mas que não seja draconiano.

Ou seja, deve haver algum tipo de sanção, mas não será um crime do presidente descumprir a meta.

O relatório de Cajado será apresentado até quinta-feira. Ele afirmou que o projeto deve ser votado na semana que vem. A "boneca" (rascunho) do texto está pronta, disse o relator. Cajado

— *Eu estou com ele encaminhado. Nós estamos com a boneca pronta, não sei se Dolly ou Chuck. Vocês vão avaliar depois.*

Nesta terça-feira, Cajado se reunirá com o ministro Alexandre Padilha (Relações Institucionais) e com o líder do governo na Câmara, José Guimarães (PT-CE), para tratar sobre as impressões do governo em relação ao texto. O relator, no entanto, tem evitado detalhar eventuais mudanças no texto enviado pelo Executivo, mas afirmou que tudo está sendo discutido tecnicamente.

O novo arcabouço fiscal não prevê punição criminal caso a meta fiscal, que o governo deve perseguir, seja descumprida. O resultado é calculado pela diferença entre receitas e despesas do governo.

Pelo projeto, caso haja descumprimento, o presidente da República precisará explicar os motivos ao Congresso Nacional, por meio de uma carta que também deverá apontar medidas de correção. Além disso, o crescimento das despesas no ano seguinte seria menor.

Contingenciamento

O relator disse ainda que analisa a volta do contingenciamento (bloqueio de gastos) obrigatório em caso de descumprimento das metas ao longo do ano. Pelas regras de hoje, é feito um relatório a cada dois meses para verificar se a meta fiscal está sendo cumprida. Se não estiver, o governo precisa bloquear gastos para garantir o cumprimento da meta. O projeto do governo retira essa obrigatoriedade.

Cajado tem evitado entrar em detalhes sobre o seu relatório.

— Nós não temos ainda uma posição (sobre contingenciamento), existem muitas sugestões que vão de um extremo ao outro. Mas precisamos dos votos de todos os parlamentares — afirmou.

Questionado sobre a informação da colunista Míriam Leitão de que, quando o governo não cumprir a meta fiscal o governo ficará proibido de dar aumento real ao funcionalismo, abrir concurso público e conceder novas renúncias fiscais, o relator disse que está avaliando.

— É um dos enforcements que estão sendo sugeridos.

Meio termo

Cajado disse que irá buscar um meio termo no seu relatório, porque precisa de votos.

— Não há lei perfeita. Há lei possível. E nós precisamos dos votos da direita, da esquerda e do centro. O meu grande desafio vai ser encontrar esse ponto de equilíbrio.

Para o deputado, há possibilidade de aumentar arrecadação sem aumento da carga tributária e o governo precisará de R\$ 90 bilhões a R\$ 150 bilhões por ano para atingir essas metas.

— Precisamos dar instrumentos para que governo cumpra sua promessa, mas com equilíbrio nas contas públicas.

Parâmetros na lei

O arcabouço fiscal irá substituir o teto de gastos, que impede o crescimento das despesas acima da inflação do ano anterior. A nova regra permitirá o crescimento dos gastos acima do índice de preços, mas isso dependerá do comportamento das receitas. O aumento real das despesas será equivalente a 70% do incremento das receitas acima da inflação. Essa variação terá de 0,6% a 2,5% ao ano.

Esses parâmetros de crescimento das despesas primárias (obrigatórias e discricionárias) do governo serão fixadas em lei complementar e não na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), como prevê a proposta do governo.

Para Cajado, a fixação em lei complementar torna a alteração legislativa mais difícil pelo governo, dando credibilidade ao parâmetro escolhido. A LDO precisa de aprovação por maioria simples no Plenário do Congresso Nacional (sessão conjunta de deputados e senadores). Já a lei complementar exige maioria absoluta e dois turnos de votação separados na Câmara e no Senado.

Além disso, o governo colocou como metas zerar o déficit nas contas públicas no próximo ano e fazer um superávit (contas no azul) equivalente a 0,5% do PIB em 2025 e 1% do PIB no ano seguinte. As metas ficam na LDO.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/05/2023

GALÍPOLO SOBRE O BANCO CENTRAL: 'SERIA ESTRANHA A INDICAÇÃO DE ALGUÉM SEM ALINHAMENTO AO GOVERNO'

Secretário-executivo do Ministério da Fazenda foi indicado para ocupar a diretoria de Política Monetária do Banco Central

Por Renan Monteiro, O Globo — Brasília



O secretário-executivo do Ministério da Fazenda, Gabriel Galípolo – Foto : Washington Costa/MF

O secretário-executivo da Fazenda, Gabriel Galípolo, indicado pelo presidente Luiz Inácio Lula da Silva para a diretoria de Política Monetária do Banco Central, nega responder se será uma voz “destoante” na autarquia, mas argumenta que seria estranha a indicação de alguém desalinhado ao governo para o BC.

— Me parece que as críticas estão associadas à ideia de que o ministro Fernando Haddad e o presidente estão indicando alguém afinado com o governo, mas seria muito estranho se fosse diferente, se indicasse malguém desalinhado. Está sendo cumprido o que

prevê a Lei da autonomia e me parece trivial que os diretores indicados tenham algum tipo de alinhamento com o governo eleito — disse em coletiva na Fazenda.

Ailton Aquino dos Santos também foi indicado para a cúpula do BC e será o novo diretor Fiscalização. Os dois ainda precisam ser sabatinados e terem seus nomes aprovados pelos senadores da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE) e pelo plenário da Casa.

O presidente da CAE do Senado, Vanderlan Cardoso (PSD-GO), afirmou nesta terça-feira que os parlamentares devem avaliar os nomes dos indicados para a diretoria do Banco Central antes da próxima reunião do Comitê de Política Monetária (Copom), em junho.

Com os dois indicadores, se aprovados, será a primeira mudança na composição do Banco Central durante o governo Lula. Na gestão de Bolsonaro foi aprovada a Lei de autonomia da autoridade monetária, que estabelece mandatos fixos de quatro anos para os diretores e o presidente, com possibilidade de recondução.

— Eu tenho uma boa relação com Roberto Campos desde o início, uma boa relação com a diretoria, o que não significa obrigatoriamente que todo mundo vai pensar igual. E é óbvio que existe uma grande afinidade de pensamento com o ministro Fernando Haddad e a intenção é conseguir facilitar esse diálogo e essa convergência das duas políticas (fiscal e monetária) — afirma Galípolo.

Fonte: O Globo - RJ
Data: 09/05/2023

'VAMOS FAZER A REFORMA TRIBUTÁRIA POSSÍVEL', DIZ LIRA

Em crítica indireta ao governo Lula, presidente da Câmara afirmou que falta segurança jurídica no país, e não é culpa do Congresso
Por Bianca Gomes — São Paulo



Arthur Lira, presidente da Câmara — Foto: Pablo Valadares/Divulgação Câmara

O presidente da Câmara dos Deputados, Arthur Lira (PP-AL), disse que o Congresso vai aprovar a reforma tributária "possível". Em evento do Lide, em Nova York, o deputado ainda fez críticas indiretas ao governo de Luiz Inácio Lula da Silva, dizendo que falta segurança jurídica no país — e não por culpa do Congresso.

— Vamos fazer a reforma tributária possível. Se for mais dura, com mais transição. Se for mais leve, com menos transição. Não teremos nenhum tipo de dificuldade de negociar com transparência e cautela para que essa reforma saia definitivamente, como todos anseiam — afirmou Lira.

Em seguida, o presidente da Câmara acrescentou.

— (A reforma servirá para termos um) país mais justo, mais simples, com ambiente de negócio mais tranquilo e, principalmente, com segurança jurídica, que tem faltado no nosso país ultimamente. E não é o Congresso que tem faltado a ela. Não é o Congresso que tem instabilizado a segurança jurídica no país. Precisamos que esse ambiente se tranquilize e normalize para que investidores externos e recursos internacionais possam transitar de maneira segura — disse ele.

A fala de Lira ocorre num momento em que Lula tenta rever pontos da privatização da Eletrobras. Na sexta-feira, o governo entrou com uma ação no Supremo Tribunal Federal (STF) para modificar o estatuto da empresa e garantir mais poder na companhia. A estratégia do Palácio do Planalto foi antecipada pela colunista Malu Gaspar em março.



Sem reforma tributária: Startups usam inteligência artificial para reduzir caos no sistema de impostos. Na semana passada, o Planalto somou derrota na derrubada de trechos de decretos de Lula que mudavam as regras de saneamento. No Lide, Lira disse que o movimento não se deu por "picuinha ou maldade política", mas porque atacou um ponto já "amplamente discutido" no parlamento. Ele acrescentou ainda que o Congresso terá de "brigar diariamente" para impedir retrocessos.

— Todos dirão que a principal reforma que o Congresso tem que se debruçar é a reforma tributária. Não. A principal reforma que o Congresso brasileiro terá de brigar diariamente é a reforma de não retroceder em tudo o que já foi aprovado no Brasil no sentido da amplitude do que é mais liberal. Não retroceder será a nossa principal reforma — afirmou o presidente da Câmara.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/05/2023

GOVERNO QUER REVER PONTOS POSITIVOS E IGNORA DEFEITOS DA PRIVATIZAÇÃO DA ELETROBRAS

Jabutis pendurados pelo Congresso no governo Bolsonaro determinam construção de termelétricas a gás que exigirão construção de gasodutos

Por Míriam Leitão

A privatização da Eletrobras teve um grande defeito: o Congresso dependurou, com o apoio do governo Bolsonaro, vários jabutis que vão bater no bolso do consumidor. São as termelétricas a gás em lugares onde não tem gás, que exigirão a construção de gasoduto. O custo dessa irracionalidade econômica será jogado na conta de luz. São projetos pensados para enriquecer determinados grupos econômicos. Sobre isso o governo nada tem a dizer.

Em que ponto o governo ataca? No modelo formulado durante o governo Temer e que transformou a empresa numa corporação, ou seja, nenhum acionista pode ter mais de 10% do poder de voto. Isso impede o take over - em resumo, que um grupo econômico compre o controle da companhia.

O ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, disse que a ação ajuizada pelo governo Lula junto ao Supremo para aumentar o poder da União sobre a estatal não tem como objetivo reverter a privatização da empresa.

É verdade que essa ação específica não é para revisão do processo, mas a questão é que o próprio presidente Lula disse que o próximo passo é rever a privatização, o que é um erro.

Atualmente, o governo tem um limite de 10% de voto na companhia - esse é o percentual máximo que todos os acionistas podem ter de participação nas decisões da empresa. Dessa forma, a União tem 43% de capital, mas 10% de voto.

A privatização da Eletrobras foi montada assim, com o objetivo de proteger a companhia de uma situação em que uma empresa chinesa ou americana, por exemplo, passe a dominá-la. Ou que passe a ser controlada por acionistas com interesses muito específicos, como fornecedores ou clientes ligados à companhia de alguma forma.

É um formato interessante e estratégico, uma ideia aceita no mundo todo como forma de proteção da empresa, e rever isso é ruim.

O que deveria acabar são os jabutis. Durante o período da campanha eleitoral, conversei com representantes do PT que disseram que queriam derrubar os jabutis do projeto. Mas agora Lula e o ministro de Minas e Energia só falam em rever a privatização.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/05/2023

RIO VAI SEDIAR CÚPULA DO G-20 EM 2024

Anúncio foi feito em rede social pelo governador do estado, Cláudio Castro. Grupo reúne as 20 maiores economias mundiais

Por O Globo – RJ



Ministros das Finanças e chefes de bancos centrais se reuniram em encontro do G-20 na Índia, no ano passado
Samyukta Lakshmi/Bloomberg

O governador do Estado do Rio de Janeiro, Cláudio Castro, anunciou por sua conta no Twitter na noite desta segunda-feira que o Rio de Janeiro sediará a cúpula do G-20 no próximo ano. O evento ocorrerá em novembro de 2024, mas ainda este ano, no dia 10 de dezembro, o Estado recebe "a presidência rotativa do grupo, hoje exercida pela Índia", afirmou Castro.

Além do governador, o prefeito da cidade do Rio de Janeiro, Eduardo Paes, foi ao Twitter agradecer ao presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT) pela notícia. "Estamos de volta", disse.

O G-20 é formado pelas 20 maiores economias globais e realizada encontros anualmente, sob a liderança de uma presidência rotativa. Além do Brasil, também fazem parte Estados Unidos, União Europeia, Argentina, Austrália, Canadá, China, França, Alemanha, Índia, Japão, Indonésia, Itália, México, Japão, Coreia do Sul, Rússia, Arábia Saudita, África do Sul, Turquia e Reino Unido, .

As discussões mais recentes do G-20 têm tido foco na guerra da Ucrânia, nas negociações climáticas e o impacto socioambiental da pandemia, como foi durante o encontro no fim do ano passado em Bali, na Indonésia.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/05/2023

CRISE DO GALEÃO SE ARRASTA À ESPERA DE NOVA REUNIÃO E DECISÃO DA CHANGI

Reunião está marcada para próxima terça. Ministro de Portos e Aeroportos diz que, se controladora da concessionária do terminal ficar, deve pagar outorga no fim do mês

Por Geralda Doca, Carolina Nalin e Bianca Gomes — Brasília, Rio e São Paulo



Aeroporto do Galeão com guichês de check-in vazios –
Foto : Guito Moreto/Agência O Globo

Autoridades da prefeitura e do governo do Estado do Rio cobram celeridade na discussão sobre a crise do Galeão, destacando que a situação requer urgência. Está marcada para a próxima terça-feira, dia 16, uma reunião com o ministro de Portos e Aeroportos, Márcio França, para tratar do tema. A expectativa é que sejam anunciadas medidas para incentivar a atração de voos para o aeroporto internacional.

A concessionária RIOgaleão, controlada pela Changi, havia pedido um prazo de dez dias para decidir se permanece ou não com o terminal. Segundo fontes envolvidas nas discussões, a empresa quer mais tempo, até 30 de maio, para apresentar uma resposta definitiva.

O assunto foi discutido em reunião recente entre França, o CEO da RIOgaleão, Alexandre Monteiro, e representantes da Federação das Indústrias do Estado do Rio de Janeiro (Firjan).

O ministro de Portos e Aeroportos afirmou ontem que o governo ainda aguarda documento da Changi com sua decisão. França explicou que, se a empresa decidir permanecer, terá que voltar a pagar a outorga que vence no fim do mês. Se a decisão for de devolver mesmo o aeroporto, o único procedimento existente é a relicitação, considerada uma opção muito demorada pelo ministro.

— Na verdade, não sabemos o que eles querem, se vão sair, ficar ou vender a participação para outra empresa. Nosso diálogo tem sido só com o CEO brasileiro — disse França, citando Alexandre Monteiro. — Tenho a impressão que a Changi não está disposta a continuar investindo, liberando novos recursos, apesar do nosso interesse que eles fiquem.



Reunião com representantes do governo do estado do Rio, da RIOGaleão e da prefeitura do Rio de Janeiro com os ministros Márcio França e Daniela Carneiro — Foto: Domingos Peixoto

O ministro disse que uma das dificuldades é a falta de interlocução direta com executivos da Changi. Segundo França, está mantida para a próxima semana a reunião com o governador do Rio, Cláudio Castro, e o prefeito do Rio, Eduardo Paes, para apresentar medidas que possam aumentar o volume de passageiros, como as restrições a voos no Santos Dumont.

Impacto na economia

França afirmou à CBN que o governo tenta encontrar algum mecanismo para antecipar esse processo. E lembrou que outros casos de devolução de aeroportos levaram até dois anos. Ele já havia citado anteriormente a hipótese de a Infraero assumir o terminal até que ele possa ser relicitado. Indagado sobre o diálogo com os governos estadual e municipal, afirmou que, assim como a União, eles “estão torcendo para dar certo”.

Na última reunião, autoridades fluminenses apresentaram a proposta de restringir os destinos no Santos Dumont a São Paulo e Brasília e transferir os demais voos ao Galeão. Esta seria uma forma de aumentar o volume de passageiros no aeroporto internacional, que opera muito abaixo da capacidade. França afirmou na ocasião que analisaria a proposta. Até então, o governo federal havia sinalizado apenas uma possível redução no volume de passageiros.

O secretário de Desenvolvimento Econômico do Rio, Chicão Bulhões, disse que aguarda uma resposta do governo federal na reunião marcada para a próxima terça-feira e reforça o caráter de urgência para que esse entrave envolvendo o Galeão seja encaminhado:

— A gente espera o dia 16 para entender qual é a linha que o governo vai seguir, se vai ser a que resolve o problema ou se vai continuar com a política dos governos anteriores, destruindo o Galeão e outros aeroportos brasileiros.

Bulhões lembra que diferentes países desenvolveram políticas públicas de suporte aos seus sistemas de transportes no pós-pandemia, ajudando na recuperação de companhias aéreas em um momento delicado:

— Mas o governo brasileiro até o momento não tomou nenhuma medida nesse tema de política pública para o sistema aeroportuário brasileiro. Estão empurrando com a barriga, e todos nós vamos pagar o preço.

Expectativa para reunião do dia 16



Segundo Nicola Miccione, secretário de Estado da Casa Civil do Rio, o governo espera que a União anuncie medidas na reunião marcada para o dia 16 a partir das sugestões que foram entregues no último encontro com o ministro.

— O Estado defende a redistribuição de rotas, levando mais voos domésticos para o Galeão como medida de incentivo à retomada do fluxo e para atrair mais voos internacionais — diz.

Para Delmo Pinho, ex-secretário de Transporte do governo do Estado do Rio e assessor da presidência da Fecomércio, a solução para o Galeão passa por etapas. A primeira seria retirar passageiros do Santos Dumont e levá-los para o Galeão. A segunda seria adotar medidas de apoio. Ele afirma que a cidade do Rio perdeu 13 milhões de passageiros de 2014 a 2022.

— Trazer passageiros de conexões para o Rio de Janeiro ajuda, mas tem que haver estímulos econômicos — diz ele. — As companhias aéreas no Brasil estão num momento muito difícil, ainda estão começando a se recuperar. Você está mexendo com um ramo de negócio que tem que ter calma para poder organizar. Agora é um bom momento para começar a fazer isso, mas estamos num processo muito complexo.

Luis Strauss, presidente da Associação Brasileira de Agências de Viagem do Rio (Abav-RJ), vê com pesar o esvaziamento do Galeão.

— Quando o Galeão ganhou a concessão, tinha um movimento de 15 milhões de passageiros, podendo dobrar para 30 milhões. Hoje, depois da pandemia, opera entre 7 milhões e 8 milhões. Enquanto isso, o Santos Dumont está cheio. Isso enfraquece a economia do Estado do Rio.

Fonte: O Globo - RJ

Data: 09/05/2023

O ESTADO DE S. PAULO

O ESTADO DE SÃO PAULO - SP

TEREMOS SURPRESA COM INFLAÇÃO, QUE VIRÁ UM POUCO MENOR, DIZ SIMONE TEBET

Ministra participou de sessão no Senado e comentou sobre reforma tributária e arcabouço fiscal

Por Fernanda Trissoto

BRASÍLIA - A ministra do Planejamento, Simone Tebet, afirmou nesta terça-feira, 9, que a inflação deve vir um pouco menor do que o esperado. “Teremos uma surpresa. A inflação virá um pouquinho menor do que as expectativas”, disse durante sessão conjunta das comissões de Infraestrutura e Desenvolvimento Regional no Senado.

O IBGE divulga na sexta-feira, 12, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) e o Índice Nacional de Preços ao Consumidor (INPC) relativos a abril. O órgão está subordinado ao Ministério do Planejamento.

Reforma tributária e arcabouço fiscal

“Se vai ser IVA único ou IVA dual será a decisão de vossas excelências”, disse a ministra aos senadores que estavam na sessão conjunta.

A proposta desenhada pelo secretário extraordinário da Reforma Tributária do Ministério da Fazenda, Bernard Appy, prevê a unificação de tributos federais, estaduais e municipais em um único imposto do tipo valor agregado. O Congresso, no entanto, já considera a mudança para um IVA Dual - com um imposto federal e outro a ser dividido entre estados e municípios - para garantir autonomia aos entes subnacionais.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/05/2023

TARCÍSIO UNE BASE E OPOSIÇÃO CONTRA SEU PROJETO DE AUMENTAR CONTRIBUIÇÃO PREVIDENCIÁRIA DE MILITARES

Governador recua de cobrar alíquota previdenciária sobre todos os rendimentos após pressão; parlamentares também querem maior reajuste para 2º-tenente e 3º-sargento

Por Gustavo Queiroz

O projeto de reajuste salarial para as forças de segurança apresentado pelo governador Tarcísio de Freitas (Republicanos) à Assembleia Legislativa do Estado de São Paulo (Alesp) colocou deputados da base e da oposição lado a lado em rejeição a trechos do texto. A medida terá impacto fiscal de R\$ 12,5 bilhões nas contas públicas até o final de 2025.

Parlamentares do PT e do PL, legenda do ex-presidente Jair Bolsonaro, criticaram uma mudança na contribuição previdenciária de policiais militares – diante da pressão, o governo já recuou e tirou a iniciativa da proposta. Há ainda insatisfações em relação a um alegado prejuízo para PMs veteranos, além de queixas de policiais civis e penais, que se dizem desprestigiados em detrimento dos militares. As categorias protestaram na tarde desta terça-feira, 9, na Alesp.



Os deputados Reis (PT) e Major Mecca (PL) concordam com necessidade de derrubar aumento da cobrança previdenciária e aumentar reajuste salarial para 2º tenente e 3º sargento
Foto: Reprodução/TV Alesp

Tarcísio apresentou o projeto na terça-feira, 2. Segundo o governador, o texto prioriza profissionais em início de carreira e estabelece uma “equivalência entre níveis de responsabilidade” de militares e civis. A média do reajuste proposto ficou em 20,2%. Se

confirmado, será o terceiro aumento salarial concedido a policiais em quatro anos.

O movimento foi visto como um aceno à base bolsonarista, que elogia o fato de o Palácio dos Bandeirantes ter antecipado para o início do governo a recomposição salarial dos agentes de segurança. As demais carreiras do funcionalismo ainda não foram contempladas.



Gustavo
@gschqueiroz · Seguir



Guilherme Derrite
@DerriteSP · Seguir

O Governador @tarcisiogdf e eu ouvimos os veteranos da Polícia Militar e retiramos do Projeto de Reajuste salarial dos policiais os dispositivos que tratavam das alíquotas de contribuição de 10,5%, na maior demonstração de RESPEITO E AFETO aos policiais militares veteranos.



De acordo com Tarcísio, houve debate com as categorias policiais. Nos bastidores, o projeto de lei surpreendeu até mesmo deputados da base. O texto resultou de discussões de um grupo de trabalho instituído pela Secretaria de Segurança Pública em que participaram as cúpulas das polícias Civil e Militar do Estado.

Previdência

Entre as reclamações, o primeiro foco de resistência que PMs inativos, pensionistas, base e oposição foi a mudança da regra de cálculo da contribuição previdenciária, que passaria a 10,5% sobre o valor recebido mensalmente por todos os beneficiários. Hoje, são descontados 11% apenas sobre os vencimentos superiores ao limite do Regime Geral de Previdência Social, estabelecido em R\$ 7.507,49.

Após uma reunião no Bandeirantes na quinta-feira, 4, com parlamentares aliados, Tarcísio decidiu apresentar

um aditivo ao projeto para retirar a nova alíquota. “A gente recebeu as mensagens. Houve muita manifestação com relação a este dispositivo. Nós vamos suprimir e encerrar a questão no momento”, disse o governador, em vídeo publicado em rede social do secretário de Segurança Pública, Guilherme Derrite.

Questionada, a Secretaria da Fazenda de São Paulo informou que o impacto orçamentário de 2023 será “coberto com superávit financeiro de 2022”, sem necessidade de remanejamento de despesas. “Sobre os demais anos, a pasta informa que não haverá redução de investimentos contratados”, disse.

O deputado estadual Major Mecca (PL) disse que esteve no encontro do qual participaram Conte Lopes (PL), Lucas Bove (PL), Gil Diniz (PL), Capitão Telhada (PP), Rafael Saraiva (União Brasil) e Delegado Olim (PP). O encontro não constou da agenda oficial do governador. “Nós nos articulamos, entramos em contato com o governo, e esse artigo que aumentava alíquota previdenciária foi retirado do projeto”, disse Major Mecca, na sessão plenária desta segunda-feira, 8.

Em meio às críticas, Major Mecca agradeceu a rapidez do Executivo em apresentar o reajuste. “É inédito no Estado de São Paulo uma valorização deste porte à segurança pública. O governador se empenhou em reservar R\$ 2,5 bilhões do orçamento do seu primeiro ano de governo para um reajuste aos policiais”, afirmou o deputado.

A mudança da alíquota da contribuição previdenciária foi atacada pelo PT um dia após a apresentação do projeto. O partido publicou uma manifestação na qual chamou a medida de “pegadinha” do governo a fim de implementar um “confisco na aposentadoria dos policiais”. “Vamos apresentar emendas e lutar pela retirada desse ‘jabuti’ em meio a uma proposta de reajuste salarial. Isso é inadmissível”, afirmou o deputado Fiorillo (PT), em nota, na ocasião. No jargão legislativo, jabuti trata-se de tema não relacionado à matéria principal de um projeto.

O aumento definido para os postos de segundo-tenente (13,71%) e terceiro-sargento da PM (15,18%) também mantém unidos opositores e a base de Tarcísio.

“Fui bastante convicto ao secretário de Segurança Pública de que nós não podemos deixar esses policiais para trás. Não podemos esquecê-los”, disse Mecca sobre os tenentes e sargentos afetados pela medida. A tese é defendida pelo deputado Reis (PT), que foi policial civil e militar. Segundo ele, segundos-tenentes e terceiros-sargentos vão receber os menores reajustes da tabela, o que afeta principalmente profissionais em final de carreira. Um subtenente, por exemplo, receberá 30,85% de aumento.

Civil x Militar

Reis questiona ainda os índices de recomposição das carreiras. Segundo ele, os militares terão, em média, reajuste 5% maior do que os civis.

O petista afirmou que o governador terceirizou a construção do projeto a Derrite, que é oficial da reserva da PM. “Foi a primeira vez que eu vi um aumento que foi o secretário que decidiu. O que tem hoje no governo Tarcísio é para deixar uma cúpula mais contente, mas a base (das polícias) continua triste”, disse, na sessão parlamentar desta segunda.

Se o projeto for aprovado, a renda de um aluno oficial 1º do Curso de Formação de Oficiais, por exemplo passará de R\$ 1.514 - menor salário da categoria - a R\$ 2.023, um aumento de R\$ 509,12. Já um capitão terá o maior aumento absoluto, de R\$ 1.531,38, e passará a receber R\$ 6.849,83. Este cálculo considera apenas o salário base e não soma gratificações como o Regime Especial de Trabalho Policial (RETP), que dobra os rendimentos do servidor.

Na polícia civil, o menor rendimento é o do investigador de 3ª Classe, que hoje recebe R\$ 2.358,71, passará a receber R\$ 2.939,84. Já um delegado de 3ª classe terá aumento de R\$ 1.019,37 e passa a receber R\$ 6.943.

A diferença é justificada pelo governo, que diz haver defasagem no recebimento dos militares. Em nota, a Secretaria de Segurança Pública afirma que não há disparidades no projeto. “A proposta foi construída juntamente com a cúpula das polícias, que trouxeram os ajustes que julgaram necessários. O impacto orçamentário foi aprovado pela Comissão de Política Salarial e será custeado pelos recursos financeiros do Tesouro”, diz. A pasta também argumenta que o projeto diminui a diferença de salário entre carreiras iniciais e está acima da inflação dos últimos 12 meses.

Sindicalistas pediram abertura de mais diálogo com o governo. “Esse projeto de lei, aguardado como promessa de recomposição salarial e de valorização das forças de segurança, saiu da Secretaria de Segurança Pública para as mãos do governador sem a oitiva prévia das entidades de classe. É um texto repleto de problemas”, disse, em nota, a presidente do Sindicato dos Delegados de Polícia (Sindpesp), Jacqueline Valadares.

Já o presidente do Sindicato dos Funcionários do Sistema Prisional, Fábio Jabá, enviou uma mensagem de áudio aos policiais penais, que não estão contemplados neste projeto de lei, informando que Tarcísio o receberá no Bandeirantes para discutir o reajuste da categoria. Ele disse, porém, que até agora não há data nem horário para o encontro ocorrer. “A categoria está se mobilizando. A categoria ficou insatisfeita, a maioria eleitores do Tarcísio. O que nós iremos fazer é estar preparados”, afirmou.

O protesto desta terça agrupou o Sindpesp, o sindicato dos Investigadores (Sipesp) e o dos policiais penais. Na Alesp, será realizada uma audiência pública sobre o tema. Apesar das cobranças, deputados ouvidos pelo Estadão dizem acreditar que o projeto não terá dificuldades de passar na Casa, cuja discussão deve se concentrar em quais emendas serão acatadas pela maioria.

Fonte: O Estado de São Paulo - SP

Data: 09/05/2023



VALOR ECONÔMICO (SP)

ASSOCIAÇÕES DE ENERGIA RENOVÁVEL SE UNEM PARA PROMOVER HIDROGÊNIO VERDE

Entre ações conjuntas do Pacto Brasileiro pelo Hidrogênio Renovável, assinado por Abeeólica, Absolar, Abiogás e AHK Rio, estão atividades e projetos técnicos e institucionais, incluindo estudos, seminários e road shows

Por Naiara Bertão, Prática ESG — São Paulo



Representantes da Abeeólica, Absolar, Abiogás e AHK Rio em assinatura de Pacto Brasileiro pelo Hidrogênio Renovável — Foto: Divulgação

Quatro associações brasileiras que representam empresas que atuam no setor de energia renovável se uniram para trabalhar em conjunto na pauta do hidrogênio verde. Assinaram oficialmente um acordo de cooperação na última sexta (5) a Associação Brasileira de Energia Eólica e Novas Tecnologias (ABEEólica), a Associação Brasileira de Energia Solar Fotovoltaica (ABSOLAR), a Associação Brasileira do Biogás (ABIOGÁS) e a Câmara de Comércio e

Indústria Brasil-Alemanha do Rio de Janeiro (AHK Rio). O acordo foi chamado de Pacto Brasileiro pelo Hidrogênio Renovável.



O hidrogênio renovável ou verde é o produto do processo de hidrólise da água feito a partir de energia limpa (solar, eólica e biogás, por exemplo). Segundo estudo recente produzido pela consultoria BCG e publicado pelo Prática ESG, a atividade demandará, no mundo, entre US\$ 6 trilhões a US\$ 12 trilhões entre 2025 e 2050 para atender a demanda de governos e companhias que se comprometem com a redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE).

O valor, que consta no estudo Building the Green Hydrogen Economy, se refere ao dinheiro necessário para construção de infraestrutura de produção (o processo é chamado de hidrólise e exige uma alta carga de energia elétrica), armazenamento e transporte.

Hoje, a demanda por hidrogênio é baixa, de 94 milhões de toneladas em 2021, e a maior parte é produzida a partir de fontes fósseis, geralmente gás natural, de acordo com o relatório. A estimativa é que a demanda até 2050 seja de cerca de 350 milhões a 530 milhões de toneladas por ano.

Entre as ações do Pacto está a participação das entidades nas discussões sobre o arcabouço regulatório para o mercado de hidrogênio verde, o desenvolvimento das formas de aplicação da tecnologia nos diversos setores econômicos, e disseminar as oportunidades de hidrogênio renovável aos seus associados e à sociedade brasileira, entre outras.

Para isso, a proposta é ter grupos de trabalho para discussão, participar de comissões técnicas, participar de e promover eventos debates, seminários, palestras e “road shows”, publicar estudos, estimular o investimento na área, e outras ações e projetos técnicos que identifiquem como necessários.

“Vetor energético e combustível primário, limpo e versátil, o hidrogênio renovável tem potencial para se tornar eixo estratégico na transição energética e descarbonização dos setores produtivos, de diversos segmentos. Além de sustentável, pode ser utilizado em diversas aplicações, reduzindo drasticamente as emissões de gases de efeito estufa de setores de difícil descarbonização, tais como: fertilizantes nitrogenados, mineração, siderurgia, produção de metanol, de aço, transporte aéreo, marítimo e terrestre de veículos pesados, entre outros”, destacam as entidades no material de divulgação do Pacto à imprensa.

A aposta é a do Brasil ter um potencial grande de produção por já ter um setor de energia renovável desenvolvido. Segundo estudo da consultoria McKinsey, o País poderá instalar uma nova matriz elétrica inteira até 2040, destinada à produção do H2R, trazendo cerca de R\$ 1 trilhão em novos investimentos no período. Estes investimentos serão destinados à geração de eletricidade, novas linhas de transmissão e mais unidades fabris do combustível limpo e de estruturas associadas, incluindo terminais portuários, dutos e armazenagem.

Com isso, indústrias que usam como fonte de aquecimento o hidrogênio verde podem também sair na frente na competição mundial por produtos menos poluentes, uma vez que boa parte das emissões vêm da queima de combustíveis fósseis na produção industrial. Além disso, os representantes das entidades comentam que o país pode se tornar um líder global na produção, consumo e exportação do combustível limpo em si, mas que, de acordo com Rodrigo Sauaia, presidente executivo da Absolar, é necessário desenvolver políticas públicas, programas e incentivos adequados, como o Programa Nacional do Hidrogênio (PNH2), do Governo Federal, para esse potencial do país ser destravado.

Elbia Gannoum, presidente da ABEEólica lembra ainda que já há projetos estratégicos em andamento, como planta piloto de hidrogênio verde no Complexo do Pecém, inaugurada em janeiro deste ano pela EDP Brasil e o primeiro projeto em escala industrial no país que está sendo desenvolvido pela UNIGEL e deve ter a primeira fase em operação comercial no final deste ano.

Outro exemplo é o trabalho que a GIZ (Deutsche Gesellschaft für Internationale Zusammenarbeit), empresa especializada em projetos de cooperação técnica e desenvolvimento sustentável, já desenvolve desde 2021, em parceria com o Ministério de Minas e Energia (MME). Chamado de H2Brasil, ele prevê investimentos totais de 34 milhões de euros para apoiar a expansão do mercado

de hidrogênio, que inclui montagem de laboratórios em universidades, incentivo à pesquisa, entre outras iniciativas.

Fonte: Valor Econômico - SP
Data: 09/05/2023

CHINA AGORA TEM UM RIVAL NO SETOR INDUSTRIAL: A ÍNDIA

Apenas a Índia tem a força de trabalho e um mercado interno comparável em tamanho ao da China e já ultrapassou o vizinho como país mais populoso do mundo

Por Dow Jones — Nova York



Índia pode se tornar o novo “chão de fábrica do mundo”
— Foto: Brent Lewin/Bloomberg

Companhias ocidentais estão procurando desesperadamente um substituto para a China como o novo “chão de fábrica do mundo”, uma estratégia amplamente denominada como “China plus one” (“China mais um”).

A Índia está fazendo um esforço concentrado para se tornar esse “mais um”. Apenas ela tem a força de trabalho e um mercado interno comparável em tamanho ao da China e já ultrapassou o vizinho como país mais populoso do mundo, segundo a Organização das Nações Unidas (ONU).

Os governos ocidentais veem a Índia democrática como um parceiro natural e o governo de Nova Déli vem se esforçando para tornar o ambiente de negócios mais amigável do que no passado. O país obteve uma vitória com a decisão da Apple de ampliar significativamente a produção do iPhone no país.



Empregados trabalham em unidade da Foxconn, a maior fábrica de iPhones do mundo, na China — Foto: Bloomberg

Os sinais de que a Índia está mudando são visíveis nos extensos parques industriais de Sriperumbudur, uma cidade no Estado de Tamil Nadu, no sul. Empresas estrangeiras no local há muito produzem automóveis e eletrodomésticos para o mercado indiano. Elas agora estão ganhando a companhia de corporações multinacionais que fabricam produtos que vão de painéis solares e turbinas eólicas a brinquedos e calçados, todas em busca de uma alternativa à China.

Em 2021, a Vestas da Dinamarca, uma dos maiores fabricantes de turbinas eólicas do mundo, construiu duas novas fábricas em Sriperumbudur. Suas seis linhas de montagem agora produzem adaptadores, sistemas de propulsão e outros componentes que ficam empilhados em um pátio de armazenamento para serem enviados para o mundo todo.

As previsões de que a Índia em breve se tornará o segundo maior mercado mundial de turbinas levaram à expansão da Vestas. Mas este também foi um esforço consciente de diversificação para se afastar da China (que abrigava a maior parte da produção na região), especialmente depois dos repetidos lockdowns resultantes da política de tolerância zero da China com a covid-19. A afirmação é de Charles McCall, que supervisionou a expansão como diretor sênior da Vestas Assembly India. “Não queremos todos os nossos ovos em um único cesto na China.”



Alguns dos fornecedores da Vestas aderiram ao movimento. A fabricante americana TPI Composites, que molda lâminas de turbinas de 80 metros, costuma chamar atenção na Índia à medida que os produtos são transportados pelas rodovias do país. Ela cresceu significativamente na Índia mesmo reduzindo as operações na China. Em algum momento, 85% dos fornecedores da Vestas estarão na Índia, segundo McCall, que recentemente deixou a companhia.

A China ainda supera todos os outros países em questão de manufatura, uma posição que ela consolidou quando multinacionais fizeram uma mudança em massa para o país depois que ingressou na Organização Mundial do Comércio (OMC) em 2001. Mas uma lista crescente de fatores levaram as empresas a buscar uma alternativa. O primeiro deles foi o aumento dos custos com a mão-de-obra na China e a pressão do governo chinês pela transferência de tecnologia para os concorrentes chineses. Depois, houve os impostos criados pelo ex-presidente americano Donald Trump sobre as importações chinesas em 2018, os lockdowns da covid-19 entre 2020 e 2022, e agora um esforço dos governos ocidentais de dissociar economias locais da China.

Muitos países estão competindo para ser o “mais um”, com Vietnã, México, Tailândia e Malásia em uma disputa intensa.

A Índia ainda precisa superar problemas antigos que a mantiveram como um pequeno participante nas cadeias de suprimentos globais. A força de trabalho continua em grande parte pobre e não qualificada, a infraestrutura é pouco desenvolvida e o ambiente de negócios, incluindo as regulamentações, pode ser oneroso. O setor manufatureiro continua pequeno em relação ao tamanho da economia da Índia.

Mesmo assim, após décadas de resultados ruins, a Índia vem obtendo progressos. As exportações de manufaturados representaram apenas um décimo das da China em 2021, mas superaram as de todos os outros mercados emergentes, com exceção do México e do Vietnã, segundo dados do Banco Mundial.

Os maiores ganhos da manufatura indiana vêm sendo obtidos no setor de produtos eletrônicos, onde as exportações triplicaram desde 2018 para US\$ 23 bilhões nos 12 meses até março. A Índia passou de uma participação de 9% no mercado mundial de smartphones em 2016 para projetados 19% este ano, segundo a consultoria Counterpoint Technology Market Research.

Os investimentos externos diretos na Índia ficaram em média em US\$ 42 bilhões ao ano entre 2020 e 2022, dobrando em menos de uma década, segundo números do banco central.

Desde que a China declarou uma amizade “sem limites” com a Rússia na véspera da invasão da Ucrânia no ano passado, os EUA e aliados intensificaram os esforços para reduzir a dependência da China. Por meio do “friendshoring”, os EUA estão “fortalecendo a integração com nossos muitos parceiros comerciais confiáveis – incluindo a Índia”, disse a secretária do Tesouro Janet Yellen em uma visita ao país em fevereiro.

Nenhuma empresa personifica melhor a aposta na Índia como a próxima China, do que a Apple. Nos últimos 15 anos a companhia construiu uma cadeia de suprimentos de última geração quase que totalmente na China para a produção de seus laptops, iPhones e acessórios. A presença da empresa ajudou todo o setor industrial chinês.

A companhia sediada na Califórnia vem montando os modelos mais baratos do iPhone na Índia desde 2017 e começou a produzir lá seu mais novo iPhone 14 semanas após o lançamento no ano passado. O JP Morgan estima que um quarto de todos os iPhones serão produzidos na Índia até 2025.

As autoridades indianas torcem para que a presença da Apple estimule outras empresas a irem para o país. “Muitas vezes você tem empresas-âncora que estabelecem a tendência”, disse em uma entrevista o ministro do Comércio e Indústria, Piyush Goyal. “Acreditamos que isso enviará um forte sinal para outras companhias na Europa, América e Japão”.

A Apple vem pressionando os fornecedores para se diversificarem além da China, depois que muitos sofreram com a paralisação da produção durante os lockdowns da covid. Enquanto isso, aumentam as tensões geopolíticas entre os EUA e a China, além de entre Pequim e Taiwan, onde a Foxconn Technology Group, principal fornecedora da Apple, tem sua sede.

A Foxconn deverá aumentar a produção de iPhones na unidade que possui perto da cidade indiana de Chennai. Ela almeja aumentar a produção do iPhone para cerca de 20 milhões de unidades anuais até 2024, e triplicar o número de trabalhadores para até 100.000, segundo publicou o “The Wall Street Journal”. Um porta-voz da Apple não quis comentar. A Índia obteve progressos na superação de algumas barreiras aos negócios. Em 2014, o primeiro-ministro Narendra Modi anunciou o “Make in India”, um esforço para aumentar a produção industrial.

A Índia digitalizou muitos serviços do governo e acelerou a construção de ferrovias, aeroportos, portos de embarque de contêineres e geração de eletricidade.

Apesar de todo esse progresso, não está claro se isso é suficiente para diferenciar a Índia. Jules Shih, diretor em Chennai da TAITRA, a agência de promoção comercial de Taiwan, disse que a Índia tornou-se um lugar mais fácil para fazer negócios, mas em muitos aspectos ela ainda fica atrás de outros países.

Pode levar mais tempo para se conseguir terrenos e aprovações para a construção de uma fábrica na Índia, e obter vistos para técnicos, gerentes e engenheiros estrangeiros é um processo demorado, segundo Shih. “Sentimos que eles não têm um objetivo uniforme integrado via agências, para fazer o Make in India acontecer mais rapidamente”, afirma ele.

Algumas empresas consideram oneroso o processo de reivindicação de incentivos ligados à produção. A gigante tecnológica sul-coreana Samsung está discutindo com as autoridades o valor desse desconto. Um porta-voz da Samsung da Índia disse que a companhia está comprometida em ser uma parceira da Índia e trabalhar para fazer do plano um sucesso.

A escassez de mão-de-obra começa a aparecer em centros industriais indianos, segundo autoridades locais e empresas. Isso porque, ao contrário da China, muitos trabalhadores relutam em mudar para longe de onde nasceram para procurar emprego. Os sindicatos são mais fortes na Índia do que na China.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/05/2023

CHINA REGISTRA DESACELERAÇÃO NA ALTA DAS EXPORTAÇÕES EM ABRIL

As exportações da China subiram 8,5% ao ano em abril, superando as expectativas, mas esfriando em relação ao crescimento robusto de março

Por Dow Jones — Pequim



Porto de Ningbo-Zhoushan, na China — Foto: Reprodução/Ningbo Zhoushan Port Co.



As exportações da China subiram 8,5% ao ano em abril, superando as expectativas, mas esfriando em relação ao crescimento robusto de março.

O resultado veio acima da previsão mediana de um aumento de 6,0% de economistas consultados pelo "The Wall Street Journal" e desacelerou em relação ao salto inesperado de 14,8% em março, mostraram dados da Administração Geral das Alfândegas nesta terça-feira.

As importações caíram 7,9% em relação ao ano anterior, em comparação com um declínio de 1,4% em março. Economistas consultados esperavam que as importações tivessem subido 0,5%.

O superávit comercial foi de US\$ 90,2 bilhões em abril, ante US\$ 66,9 bilhões esperados pelos economistas.

Fonte: Valor Econômico - SP

Data: 09/05/2023

portosenavios

PORTAL PORTOS E NAVIOS

DRONE AUTÔNOMO SUBMARINO FLATFISH GANHA PRÊMIO INTERNACIONAL DE INOVAÇÃO

Da Redação OFFSHORE 09/05/2023 - 14:47

Projeto originalmente desenvolvido pela Shell e Senai Cimatec, atualmente em fase de industrialização e comercialização pela Saipem, recebe reconhecimento na OTC (Offshore Technology Conference)

O FlatFish recebeu o prêmio 'Spotlight 2023 de Nova Tecnologia' na OTC realizada de 1 a 4 de maio em Houston, nos Estados Unidos. A conferência é um dos principais eventos de energia do mundo e premiou 15 tecnologias que estão revolucionando o futuro do setor offshore. Os vencedores foram selecionados com base em cinco critérios principais: a novidade da tecnologia no mercado, a inovação, o sucesso demonstrado, o amplo apelo comercial e a capacidade de causar um impacto significativo no setor offshore. O FlatFish é um veículo autônomo submarino (AUV) originalmente desenvolvido pela Shell Brasil e Senai Cimatec, atualmente em fase de industrialização e comercialização pela Saipem, testado por meio de um Projeto multicliente (JIP) que incluiu também a participação da Petrobras.

A gerente de Tecnologia da Shell Brasil, Rosane Zagatti, ressalta que uma nova era em que a inspeção e as intervenções submarinas serão completamente autônomas começou. Os robôs assumem um papel importante em áreas onde os humanos não podem operar. "AUVs como o FlatFish estão mudando o estado da arte na forma como as inspeções e intervenções são feitas nas operações submarinas de petróleo e gás. O FlatFish é um exemplo importante de como o desenvolvimento tecnológico em robótica e IA pode contribuir para a redução dos custos de inspeção, aumentar a disponibilidade de instalações offshore e a segurança."

O equipamento é fruto de um projeto de Pesquisa e Desenvolvimento iniciado pela Shell Brasil com o Senai Cimatec, desenvolvido com recursos financeiros oriundos da cláusula de PD&I da Agência Nacional de Petróleo, Gás Natural e Biocombustíveis. Ele foi idealizado para inspecionar e monitorar infraestruturas submarinas complexas de forma inovadora e rotineira, desde águas rasas até 3.000m de profundidade, sem intervenção humana ou auxílio de embarcações de apoio, as quais podem custar até US\$ 100 mil/dia.

"O projeto contribuiu para a criação de um Centro de Competência em robótica e sistemas autônomos no Senai Cimatec, na Bahia, o qual capacita jovens engenheiros para o mercado brasileiro. Além disso, possui um vasto portfólio de projetos de desenvolvimento de tecnologias na



INFORMS

INFORMATIVO - MERCOS SHIPPING

Edição: 079/2023
Página 41 de 41
Data: 09/05/2023
www.mercosshipping.com.br
merco@mercoshipping.com.br

área de robótica aplicada a petróleo e gás, além de outros segmentos industriais”, diz Leonardo Nardy, gerente de negócios do Senai Cimatec.

Em 2018, a Saipem do Brasil se juntou à parceria para industrializar e comercializar o FlatFish, com a ambição de desenvolver e qualificar um produto industrial adequado a operações globais. A tecnologia foi desenvolvida e um processo de industrialização foi iniciado que levou à execução de testes em ambiente controlado (águas abrigadas) e operacional (águas rasas e profundas) desde 2021, por meio de um Projeto Multicliente (JIP) envolvendo a Shell Brasil, Petrobras, Saipem e Senai Cimatec.

Recentemente, o FlatFish passou por testes executados na costa brasileira, chegando a alcançar 1,8 mil metros de profundidade. Para Gustavo Adolfo Freitas, gerente de P&D de Sistemas Submarinos do Centro de Pesquisas da Petrobras, “não vemos como aprimorar nossas operações e vencer os novos desafios que se impõem na indústria de O&G sem a evolução do uso da robótica e consequente inclusão de IA, principalmente no cenário brasileiro onde as atividades de exploração e produção se dão em enormes profundidades. Combinar em nossas operações fatores relacionados ao aumento de segurança, otimização e redução de emissões de gases de efeito estufa, somente com equipamentos como o FlatFish será possível.”

O diretor de Operações de Robótica e Soluções Industrializadas da Saipem, Mauro Piasere, celebra o reconhecimento: “Este prêmio é uma prova do compromisso da Saipem com o desenvolvimento de soluções de ponta para o mercado de energia offshore, para integridade de ativos submarinos e inspeção, permitindo mais eficiência de custos e esforços de descarbonização para nossos clientes de energia”.

Fonte: Portal Portos e Navios - RJ

Data: 09/05/2023



MERCOS SHIPPING MARÍTIMA LTDA

ESTE INFORMS TAMBÉM ESTÁ DISPONÍVEL NA MERCOSHIPPING.COM E NO LINKEDIN.COM

Este conteúdo também está disponível na www.mercosshipping.com e no www.linkedin.com/company/merco-shipping-maritima-ltda

Fonte : InforMS

Data: 09/05/2023